

O BRAILLE EM PORTUGAL

Exposição Comemorativa do Bicentenário de Luís Braille

1 Os deficientes visuais portugueses:

sua acessibilidade à educação e à cultura desde o advento do século xx ao dealbar do terceiro milénio

ISIDRO DA EIRA RODRIGUES

Dissertar acerca de um tema desta natureza - de múltiplas facetas e instáveis tonalidades e cambiantes -, implica que se estabeleçam, antes de mais, os limites temporais e geográficos da matéria sobre a qual se pretende fazer incidir a atenção. Em consonância com este princípio, determinei-me a ignorar, genericamente, o que neste âmbito é pré-história ou mesmo proto-história, e a confinar o meu interesse ao espaço geográfico de Portugal Continental.

Assim sendo, não me deixei aliciar por aspectos educativos e culturais gerados e desenvolvidos nas épocas obscuras de antes do surgimento da ESCRITA PARA CEGOS concebida pelo génio de Louis Braille, tal como não me permiti a sedução pelo sucedido no período em que a ESCRITA PARA CEGOS era já realidade além-fronteiras, mas neste «jardim à beira mar plantado» era ainda uma utópica miragem.

Já nos finais do século XIX, as perspectivas de vida dos deficientes visuais adquiriam - ainda que incipientemente - uma dimensão que anunciava a aproximação de tempos em que o acesso à Educação e à Cultura era um bem que começava a desabrochar para aqueles que, estando privados da luz física, haviam permanecido, no passado, mergulhados na escuridão intelectual. De facto, em Portugal, dava-se início à preparação do solo onde, em breve, iam ser lançadas sementes que, germinando, frutificariam ao longo do século XX.

Naturalmente que para tudo são precisos pioneiros destemidos que abram os caminhos através das densas e misteriosas florestas, que derrubem barreiras - mesmo que pareçam intransponíveis -, singrem, «por mares nunca d'antes navegados», indo ao encontro do desconhecido; são indispensáveis os obreiros que desmatem e limpem a terra que se deseja ver coberta de viçosas e floridas pradarias, de promissoras searas que forneçam o sustento aos que carecem de pão.

Ora, esses admiráveis e valorosos agentes não faltaram, felizmente, nos tempos em que era já sentida a necessidade de entre nós se edificar uma estrutura orgânica que propiciasse aos deficientes visuais da nossa terra a fuga à ignorância, ao analfabetismo, e lhes abrisse as portas para o mundo da luz intelectual, ou seja, para a escolarização, a educação e a cultura, e mesmo, para a formação profissional e o emprego. Notáveis protagonistas houve, então, que actuaram a favor da causa dos deficientes visuais do nosso país - o qual, também neste domínio, ia ficando para trás,

relativamente a outros que cada vez mais se adiantavam na senda do progresso - e que, em suma, se empenharam para que fossem criadas as condições que lhes garantissem o ingresso numa sociedade de olhos abertos, capaz de lhes reconhecer o direito a uma existência digna, independente, de ver neles o concidadão e a concidadã e não os pobres seres incapacitados, alvos da piedosa caridade cristã.

Na década oitava do século XIX, a conjunção dos astros benfazejos parece ter sido propícia ao despontar de factores favoráveis no dealbar de uma nova era: o Poeta João de Deus, ilustre mentor e executor de métodos de ensino para as crianças normovisuais, não ignorou os meninos deficientes visuais e as suas necessidades específicas, levando-o este facto a mandar vir de França, em 1882, o primeiro livro em Braille que existiu em Portugal. Um pouco mais tarde, mas ainda nesta década, Léon Jamet, um organista francês, com deficiência visual total, que havia estudado no «Institut des Aveugles de Paris» (Instituto dos Cegos de Paris), veio para Lisboa exercer a sua actividade musical e, a partir de 1885, tornou-se o organista titular da Capela Real do Paço das Necessidades e da Igreja de S. Luís dos Franceses, tendo logo granjeado - devido às suas qualidades intrínsecas de executante e pessoais - o apreço e a estima de uma certa sociedade distinta e culta que descobria nele as potencialidades das pessoas portadoras de igual deficiência. Os seus méritos de homem culto e de fino trato foram de tal modo apreciados por essa sociedade de gosto requintado e delicadas posturas que não tardou muito a poder ostentar ao peito a condecoração da Ordem Portuguesa de Santiago.

Madame Vitorina Sigaud Souto, filha de Francisco Xavier Sigaud - médico do Imperador do Brasil - e irmã de Adélia Sigaud - professora brasileira com deficiência visual - havia ficado chocada ao conhecer a situação precária de um casal sem meios para prover ao sustento de doze filhos, sendo seis deles cegos. E José Cândido Branco Rodrigues ficara emocionalmente ferido por seu avô - já em idade avançada - ter ficado cego, embora apenas durante dois anos, graças a Aniceto Mascaró, oftalmologista espanhol residente em Lisboa, que o operou com êxito, recuperando-lhe o precioso sentido da vista. Ora, esta convergência, sentimentalmente sofrida, face à problemática da deficiência visual, apurara de igual modo a sensibilidade filantrópica de ambos, transformando-os nos autênticos construtores que, nos finais do século XIX, abraçaram, de alma e coração, a missão de tornar possível, aos deficientes visuais da sua terra, o acesso à escola onde pudessem aprender a ler e a escrever e, acima de tudo, a ser homens e mulheres de corpo inteiro. Estes apóstolos da causa de seres humanos que viviam privados, não só da luz e da cor do universo circundante, como também da luz superior que se gera no microcosmos cerebral de cada um, se ao intelecto for possibilitado o acesso ao conhecimento, aos saberes, nas suas plurilateralidades e multidimensões, responderam ao chamamento com fé e amor, sem restrições, e, convictos das boas razões que os animavam, empenharam-se, quase religiosamente, no serviço de atrair à sua missão prosélitos de qualidade, mas, principalmente, destacados pela sua influência sociopolítica e cultural.

Nesse escol de adeptos salientaram-se a Duquesa de Palmela, Madame Frondoni de Lacombe, o dramaturgo Fernando Palha, Presidente do Município de Lisboa, o Poeta João de Deus, Guilherme Matoso da Fonseca, e outros insignes cidadãos da Pátria Lusa, que, mesmo não sendo socialmente relevantes, aderiram à nobre causa tiflófila.

Devotadamente liderado, este conjunto de elite passou, de pronto, da teoria à prática e em 1887 fundou, em Lisboa, a «Associação Promotora de Ensino aos Cegos» (APEC)¹, de cuja actividade se releva a fundação, a 12 de Março do ano seguinte, da escola que em 1912 se viria a fixar em Campo de

1 Cfr. artigo 7 desta publicação.

Ourique, em edifício próprio, com o nome de «Asilo-Escola António Feliciano de Castilho».

Depois de diversas crises - de certo modo graves - terem sido debeladas pela extraordinária capacidade e invulgar criatividade de Branco Rodrigues, como hábil e inteligente homem de *marketing* que era, a escola entrou na fase de consolidação, graças ao auxílio dispensado por milhares de subscritores de todo o país.

Paralelamente, José Cândido Branco Rodrigues, intrépido lutador pelas causas em que acreditava, fundou, em 1895, «as Oficinas para Cegos» no «Asilo de Cegos Nossa Senhora da Esperança de Castelo de Vide» que manteve, durante alguns anos, com o produto da venda do *Jornal dos Cegos*, que publicou em Lisboa, sem qualquer regularidade, é certo, mas que foi a primeira publicação sobre cegos em Portugal.

Na sua missão de paladino na defesa da causa dos deficientes visuais, Branco Rodrigues, ao afastar-se da APEC, devido a desinteligências entre elementos directivos da mesma, foi acompanhado por João de Deus, iniciando ambos novos rumos, renovados projectos, a favor da causa por ambos abraçada. Porém, este bom entendimento não perduraria por muito tempo, porque divergências de pontos de vista relativos à adopção do *Método de Leitura e Escrita* determinaram a ruptura entre ambos, passando cada um deles a trabalhar separadamente. Acontece que esta separação se tornou inevitável quando Branco Rodrigues pôs de parte a *Cartilha Maternal*, para somente considerar o seu método, não se sentindo constrangido, ao assumir tal atitude, pelo facto de se ter realizado uma memorável consagração nacional a João de Deus, não só como poeta lírico por excelência, como também pela abnegação com que sempre trabalhara em prol das crianças.

João de Deus, que havia sido grande amigo de Branco Rodrigues e apreciara as suas qualidades (tendo mesmo escrito uma carta prólogo de um livro por este publicado em 1878, quando tinha apenas 17 anos, intitulado *Coração: Espelho d'outro - Romancinho francês ilustrado* e editado por Lisboa: Gabinete Literário, viera publicamente a tornar-se de tal modo seu inimigo, que no jornal *Cabrion*, de 25 de Abril de 1889, pode ler-se que João de Deus não fazia mal a uma mosca, a não ser que se tratasse de Branco Rodrigues.

Entretanto, Branco Rodrigues, continuando a acreditar que era imperiosa a fundação de um «Instituto Nacional para Cegos» (à semelhança do «Institut des Aveugles de Paris», que ele bem conhecia), não cessava de insistir com os poderes oficiais competentes para que aprovassem o seu nobre projecto. Porém, constatando que tal desiderato não despertava o interesse dos governantes - que prometiam mas nada faziam -, fundou em Lisboa, no ano de 1901, a Escola de Cegos que deu origem ao «Instituto de Cegos Branco Rodrigues» que, depois de sucessivos locais de instalação, veio a fixar-se, definitivamente, em S. João do Estoril no ano de 1912, em edifício construído, para o efeito, num terreno que, exclusivamente, para tal finalidade, havia sido doado pela benemérita Maria Vitória Florinda Leal, tendo sido realizada a sua enauguração em Março do ano seguinte.

Seguindo o seu programa de acção, Branco Rodrigues fundou, no Porto, em 1903, um outro instituto, que inicialmente teve o seu nome e que, actualmente, é designado por «Instituto S. Manuel», entregando-o, em 1912, à Santa Casa da Misericórdia desta cidade, ao decidir que iria dedicar-se, de alma e coração, à gerência da sua Instituição em S. João do Estoril, que só abandonou, quando a morte o surpreendeu, no dia 18 de Outubro de 1926, dia do seu sexagésimo quinto aniversário.

Finalizando esta breve abordagem ao que considero ser o primeiro quadro histórico da tiflogia em Portugal, importa explicitar que a informação subjacente à matéria acima plasmada foi recolhida, em parte, na *História Geral da Associação de Beneficência Louis Braille desde a sua Fundação*, de Joaquim Guerrinha, no *Jornal dos Cegos* - já atrás referido -, em *Ponto e Som* - editado pela Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal desde Abril de 1974 -, bem como o foi

em relatos e documentos pessoais de José Branco Rodrigues (filho do tiflopedagogo J. C. Branco Rodrigues) e referir que a *Revista dos Cegos* - publicada pela APEC de 1933 a 1948 - e a *Revista Poliedro* - publicada pelo Centro Prof. Albuquerque e Castro desde 1956 - não devem ser igualmente ignoradas pelos que desejem desocultar o nosso passado tifológico.

Hoje, já distanciados no tempo mais de um século das importantes transformações tifológicas levadas a cabo por cidadãos de tão alta nobreza intelectual e elevada estatura social, somos forçados - se quisermos ser justos - a reconhecer que, durante as seis primeiras décadas do século xx, tudo o que se realizou em Portugal em prol da causa das pessoas com deficiência visual se ficou a dever, quase exclusivamente, à meritória acção educativa e promoção sociocultural levadas a efeito nas escolas atrás mencionadas. Nelas fizeram a sua escolarização os que tiveram a sorte de lá conseguir ingressar; nelas se geraram músicos de reconhecido talento e mérito, como - a título de exemplo - António de Oliveira, Joaquim Nunes Pinto, Joaquim Guerrinha, Augusto Coelho, a quem Viana da Mota, quando este lhe pedira para desdobrar o último ano do Curso Superior de Piano em dois, para assim se poder aperfeiçoar com a excelência dos seus ensinamentos, lhe respondeu que no ano seguinte se iria reformar, não podendo por isso acompanhá-lo até ao fim do curso, e ele não podia consentir que um seu aluno assim tão brilhante viesse a terminar o Curso Superior sob a égide de um mestre que não fosse ele; o Sexteto de Cegos da Emissora Nacional, que ao longo de décadas se fez ouvir nesta emissora radiofónica, era constituído por músicos que no Instituto Branco Rodrigues haviam adquirido aquele excelente patamar de virtuosismo; delas saíram vagas sucessivas de alunos que, pela instrução lá adquirida, se elevavam acima da média dos seus concidadãos com Quarta Classe feita ou mesmo o Curso Geral dos Liceus; delas nasceram os pensantes cidadãos desta velha nação «à beira-mar plantada» que, consciencializando a problemática decorrente da sua condição de pessoas com deficiência visual, congregaram forças e saber para, em 1927, fundar a «Associação de Beneficência Louis Braille» (ABLB), entidade que, durante um quarto de século, foi o porto de abrigo onde os deficientes visuais se refugiaram para fugir às humilhações a que, em tantas situações, eram sujeitos; foi o baluarte defensor dos seus interesses, o consulado onde os expatriados da vida social comum procuraram protecção e o convívio que os confortava, alimentando-lhes o sentimento de que, afinal, eram homens e mulheres sociáveis também, eram cidadãos com a ambição de se valorizar social e culturalmente, de progredir na vida, na escala social, de lutar para se sentirem úteis a si, aos seus e à sociedade.

No ano de 1927 - quando em Portugal, por um lado, se vivia sob os efeitos da revolta militar de 28 de Maio de 1926, que havia sufocado a agitada Primeira República, que assim expirava sem ter ainda completado os 16 anos; e por outro, se procurava dar rumo seguro às instituições

tiflófilas que - com a morte, no ano anterior, de José Cândido Branco Rodrigues, haviam perdido o seu timoneiro e a 16 de Dezembro de 1926, por decreto, com força de Lei, o seu Instituto passava a ser gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - uma plêiade de cidadãos deficientes visuais esclarecidos e dinâmicos (da qual faziam parte, entre outros, António Galante, José Jacinto Pais, Abílio Machado, Carlos Conceição Almeida e Silva) mobilizou-se, devido à percepção que tinha das carências que condicionavam negativamente a penosa existência dos músicos que dependiam dos magros salários que os seus patrões exploradores lhes pagavam (a eles, músicos de qualidade). A partir de 1932, por se terem agravado os meios de sobrevivência, tinham passado a andar, organizados em grupo ou individualmente, pelas ruas, ao sol e à chuva, tentando ganhar o seu magro sustento como músicos ambulantes; tal percepção mobilizadora levou estes vigorosos cidadãos a conjugar os seus esforços com as boas vontades que angariavam, dia após dia,

visando encontrar meios que ajudassem a melhorar as condições de vida daqueles músicos. Essa motivação encorajou-os a decidir fundar a ABLB, que teve a sua primeira sede instalada na Rua do Quelhas, 41-2.º, Lisboa.

A partir de então, a ABLB procurou responder, na medida das suas possibilidades, às necessidades com que se deparavam os seus associados - músicos em boa parte - e empenhou-se a lutar contra as muitas adversidades, a arrostar com ventos e marés que, constantemente, atormentavam as suas vidas.

É justo que não se esqueça, hoje, que os deficientes visuais foram os primeiros deficientes a promover o associativismo, que a sua associação lhes propiciava o acesso a partituras e até instrumentos musicais para o exercício das suas actividades, bem como a livros em Braille - de que tanto careciam -, que sempre interferia junto do Governo Civil, para que fossem libertados os músicos ambulantes detidos por exercerem a sua actividade de *animadores culturais*, em locais públicos interditos a essa actividade.

O nascer desta Entidade Tifloassociativa foi algo de grande significado, para que os deficientes visuais de então pudessem contar com algum apoio, nas actividades por eles desenvolvidas, para conseguir sobreviver, em condições extremamente adversas; eram geradas principalmente pela mentalidade reinante, tanto a nível de alguns eclesiásticos, como dos governantes e da sociedade civil, mentalidade da qual não podiam esperar a compreensão, o entendimento da sua problemática, mas tão-só a misericórdia, a piedade.

As escolas de Ensino Especial que vigoraram ao longo de toda a primeira metade do século XX, funcionando em regime de internato, esmeravam-se em propiciar aos seus pupilos - como foi já referido - não só uma boa formação musical, mas também uma escolarização de qualidade, que os habilitava a dominar correctamente a Língua Portuguesa e a Francesa, bem como a conhecer - muitas vezes em profundidade - as respectivas literaturas; que permitia aos mais interessados aprender Italiano e adquirir conhecimentos de Inglês; que lhes possibilitava a aquisição de conhecimentos no domínio das letras e, embora mais raramente, mesmo das ciências, escolarização que, a partir do ano lectivo de 1958-1959, inicia o alargamento do seu âmbito até ao Curso Geral dos Liceus.

Durante pouco mais de meio século o sistema de ensino para educandos com deficiência visual, que fora promovido por entidades filantrópicas e suportado financeiramente pelas mesmas e pela solidariedade de muitos beneméritos, manteve uma estabilidade apreciável, com programas definidos e estruturados de acordo com os condicionalismos decorrentes da deficiência visual e, *grosso modo*, teve ao seu dispor, em tempo útil, os livros e outros materiais em relevo necessários à prossecução das actividades escolares que, voluntários e um ou outro funcionário habilidoso, produziam. Ora esta estabilidade no ensino promovido por Entidades Estatais, desde os anos sessenta até ao dia em que se preconiza a escola inclusiva (e falar de estabilidade é contribuir para que se ocultem os atropelos cometidos contra os direitos dos educandos deficientes visuais), favorecia a imagem dos responsáveis por esse *status quo*, os quais sempre deram mostras de convencimento da sua onisciência e onipotência.

Observando a realidade no concreto, verifica-se que à medida que o processo de desmantelamento do ensino em colégios internos prossegue, os alunos com deficiência visual são inicialmente distribuídos por estabelecimentos de ensino (como o Liceu Passos Manuel, o Liceu Maria Amália, a Escola Francisco Arruda) que, acolhendo pequenos contingentes apoiados por professores para tal preparados, passam a frequentar as salas de aulas com os colegas normovisuais, aulas leccionadas por docentes impreparados para poder responder ao que deles exige o correcto ensino a educandos com deficiência visual. Não satisfeitos com esta incipiente diáspora, os promotores deste ensino degradante, não parando para avaliar responsável

e cuidadosamente os resultados obtidos com estas políticas educativas inadequadas, executaram, sem previamente conceberem um plano estruturalmente credível, um sistema de ensino, acessível a todas as crianças deficientes visuais (é verdade), porque agora lhes era permitido frequentar a escola local onde os seus irmãos e amigos faziam a sua escolarização; mas, enquanto estes tinham diariamente materiais escolares e professores que os ensinavam, os pobres alunos deficientes visuais não só não tinham livros e outros materiais adequados aos seus condicionalismos, como também não tinham professores capazes, devidamente preparados para exercer este tipo de docência. O dito professor itinerante passava por lá, na melhor das hipóteses, uma ou duas vezes por mês.

E assim, ao longo de mais de meio século, as entidades estatais promoveram um ensino sem qualidade, degradante, em que os meninos e meninas deficientes visuais foram cobaias, seres muitas vezes esquecidos, abandonados à triste sorte dos que não têm hipótese de fugir ao analfabetismo. Com este sistema de ensino salvaram-se apenas os que, tendo familiares informados e determinados a dar-lhes uma escolarização digna dessa designação, frequentaram escolas como a Helen Keller, ou foram apoiados pedagogicamente à custa dos sacrifícios financeiros dos progenitores. Entretanto, o Ministério da Educação, como que «enterrando a cabeça na areia», promovia políticas que, em vez de gerarem as necessárias condições para que os alunos com deficiência tivessem igual preparação à dos seus condiscípulos ditos normais, favorecia o facilitismo, em jeito de compensação, permitindo a muitos progredir na ascendência escolar usufruindo da vantagem de acesso, mas com classificações inferiores às oficialmente exigidas.

Dobrada a primeira metade do século, a panorâmica tiflófila apronta-se para se modificar drasticamente, não só na sua fisionomia, como também, e principalmente, na essência da sua estrutura orgânica.

Logo em 1951, um grupo minoritário de sócios da ABLB, acoimados de dissidentes pelos seus detractores, apercebeu-se - devido à conturbada situação que ameaçava precipitar no caos iminente a Associação (cuja acção tantos benefícios assegurara aos que se haviam acolhido à sua protecção e, assim, aniquilar o espírito associativo que os deficientes visuais, antes de qualquer outro cidadão portador de deficiência diferente, revelaram possuir em elevado grau) - da urgência, para evitar males maiores, ou seja, para garantir a sobrevivência do tifoassociativismo, de fundar uma nova associação de cegos que, na nova óptica, devia dar respostas a necessidades de ordem formativa, profissional, cultural e social; até então, não haviam sido tão persistente e nitidamente sentidas por aqueles que a sociedade teimosamente continuava a segregar, considerando-os o alvo preferencial da sua caridade, que lhe permitia manter vivos e, até mesmo, exercitar os seus dotes de benemerência.

Esta Associação - cuja primeira sede provisória foi em casa de Joaquim Guerrinha, ao tempo na Rua do Telhal, n.º 70, 2.º-B, onde se conservou por seis meses -, foi baptizada com o nome de «Liga de Cegos João de Deus» (LCJD), em homenagem ao poeta que havia dedicado uma boa parte da sua actividade intelectual à educação das crianças; em boa medida, apoiara o tiflopedagogo, José Cândido Branco Rodrigues, quando este instituía em Portugal as primeiras escolas para cegos, e nelas introduzia o Braille; este sistema de leitura e escrita que havia sido divulgado a partir do segundo quartel do século XIX, rapidamente se implantara em toda a Europa, contribuindo decisivamente para que uma nova era se iniciasse para os deficientes visuais, que passaram a ter acesso ao manancial que a faculdade de saber ler e escrever confere a qualquer Ser Humano.

Até então, os deficientes visuais da Pátria Lusa não tinham outra possibilidade de reunir-se, senão em torno da ABLB, circunstância que fez

dela a instituição benemérita que prestava algum auxílio aos associados mais carenciados; concedia subsídios de sobrevivência aos que, estando doentes, não podiam granjear o seu sustento; amenizava as agruras de muitos, proporcionando-lhes ajudas de natureza diversa.

Ao longo desta década, e muito particularmente na seguinte, foram-se operando importantes transformações, tanto a nível das mentalidades como dos comportamentos, que muito contribuíram para que os deficientes visuais pudessem passar a aspirar a uma vida melhor, mais justa, mais digna de ser vivida. Nesses tempos de mudança, não era assim tão raro encontrarem-se deficientes visuais perfeitamente determinados a adquirir elevada formação, já não só no âmbito da música, mas também no das letras e das ciências. E o mais surpreendente é que as incompreensões, há tão pouco tempo inamovíveis, se esbatiam cada vez mais; as barreiras à concretização dessas aspirações iam-se pouco a pouco desmoronando: os Liceus (nomeadamente o de Oeiras, Gil Vicente e Passos Manuel) começaram por permitir que lá fizessem os seus exames alunos que, por iniciativa própria, a isso se propunham; a partir do final dos anos cinquenta, os que eram propostos pelos estabelecimentos de Ensino Especial - designadamente o «Instituto de Cegos Branco Rodrigues» e o «Asilo-Escola António Feliciano de Castilho» que, entretanto, aumentaram o grau de ensino até ao nível do Curso Geral dos Liceus - para, mais tarde, acolherem com agrado os deficientes visuais, que passaram a frequentar, em regime integrado, as suas salas de aulas. Naturalmente, tudo isto não era exclusivo da Capital. Também na cidade do Porto os tempos da mudança, embora mais tardiamente, fizeram sentir os seus efeitos e benefícios.

Neste aspecto, as Universidades também não se afastaram da tendência geral, tendo a Faculdade de Letras de Lisboa, em 1954, conferido licenciatura, em Filologia Românica, a Augusto Roque Medina da Silva, o primeiro cego da Terra Lusitana a conseguir romper a malha que barrava, aos indivíduos portadores desta deficiência, o acesso ao Ensino Superior.

Para esta transformação, pode dizer-se, sem receio de faltar à verdade, que muito contribuíram os não poucos deficientes visuais que tinham conhecimento, através das publicações periódicas estrangeiras que normalmente liam e da correspondência mantida, quer com entidades tifológicas de outros países, quer com deficientes visuais de outras nacionalidades, dos avanços, dos sucessos conseguidos um pouco por toda a parte; este facto ajudou-os a tomar consciência das suas reais capacidades, tal como foi factor de evolução o papel desempenhado pela LCJD, ao colocar-se sob a tutela do Ministério da Educação e não - como era usual - sob a égide do Ministério da Assistência; finalmente conseguira que aquele mesmo Ministério permitisse promover, no seu seio, actividades escolares - com início no ano lectivo de 1963-1964 -, as quais propiciaram, a muitos associados desta instituição, a frequência e conclusão, com êxito, dos cursos liceais, actividades que, mais tarde, passaram a ser co-financiadas pelo próprio Ministério, que assim as reconhecia como um serviço de utilidade pública, digno de ser apoiado e incentivado. Era de tal modo conceituada a qualidade do Curso Liceal ministrado na LCJD, que o Ministério da Educação mandou que lá estagiassem, em 1976-1977, os professores de apoio escolar a deficientes visuais que, para tal, então faziam a sua especialização.

(Cabe aqui salientar que este reconhecimento, complementado com apoio financeiro, se ficou a dever, em muito, a Odete Leonardo - Quadro Superior em exercício de funções no Ministério da Educação).

Nesta acção renovadora se empenhou também a ABLB que, revitalizando-se e modificando a sua actuação de molde a adequar-se à realidade da época, não quis deixar-se ultrapassar pela jovem entidade tifoassociativa. Assistiu-se então a uma competição, às vezes desnecessariamente agressiva, entre as duas associações, que hoje, à distância, penso ter sido genericamente benéfica, uma vez que as conduziu à

acção, lhes deu a força anímica para fazer mais e melhor, por forma a que cada uma delas pudesse obter mais prestígio que a outra, conseguir uma certa preponderância e, se possível, a liderança do movimento tifloassociativo lusitano.

Esta vontade de renovação é claramente assumida por uma plêiade significativa de pessoas com deficiência visual que, agrupando-se, não só em Lisboa, mas também no Porto onde, antes ainda de expirar a década de cinquenta, nasce a «Associação dos Cegos do Norte de Portugal» (ACNP), estão determinadas a romper os limites que as impede de progredir intelectualmente. Este desejo de valorização intelectual, profissional e, conseqüentemente, social é manifestado também noutras cidades - nomeadamente em Coimbra - por jovens corajosos a quem não falta - diga-se - a solidariedade da família e de amigos.

Em 1963, a Direcção-Geral da Assistência levou a efeito «A Primeira Semana de Estudos sobre Problemas Relacionados com os Cegos e a Cegueira» e, durante toda essa década e anos subsequentes, os Centros de Reabilitação (Fundação Raquel e Martin Sain e Nossa Senhora dos Anjos, além de outros posteriormente abertos no Norte do país), que recentemente haviam começado a funcionar em Portugal, foram recuperando psicologicamente e preparando profissionalmente os muitos deficientes visuais que frequentavam os seus estágios, colocando-os posteriormente, um pouco por toda a parte, no mercado normal de trabalho.

Na sequência da referida Semana de Estudos, o processo educativo dos indivíduos afectados por deficiência visual sofria profundas modificações, com vista à integração destes no sistema geral de educação, propiciando a todos o acesso à escolaridade que, segundo a legislação em vigor, era obrigatória.

Entretanto, nos últimos anos de vida das Escolas de Ensino Especial, à medida que se introduziam nos seus *curricula* escolares o 1.º e o 2.º ciclos dos Liceus, fora-se menosprezando o ensino da música, em escalada ascendente, até à sua quase proibição, com o argumento de que fazer músicos era prepará-los para actuar na via pública.

Quando em Portugal estava em curso o incremento da educação musical a alunos normovisuais, aos alunos com deficiência visual - mesmo aos que davam mostras inequívocas da sua vocação artística - eram negados os meios que lhes permitiriam atingir elevados níveis na arte dos sons, aquela em que uma pessoa com esta deficiência, mesmo que total, pode ser verdadeiramente artista.

As deliberações, os procedimentos nesta área foram de tal modo injustos, condenáveis mesmo, que aos deficientes visuais foi usurpado todo o património que gerações de beneméritos da causa tiflófila enriqueceram com os seus legados e donativos, com o seu trabalho. O Instituto de Cegos Branco Rodrigues, que foi construído em terreno doado para estar, exclusivamente, destinado ao serviço dos cegos (como reza o documento de doação, existente na Torre do Tombo, arquivo 664415-667680, foto testamento de Florinda Maria Victoria Cardoso Leal a José Cândido Branco Rodrigues, a 29 de Julho de 1910, Escritório de Doação 337, folhas 119-120) tem vindo a ser demolido pouco a pouco, estando desde há muito destinado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a finalidades que nada têm a ver com os interesses dos espoliados deficientes visuais.

E que foi feito das cerca de duas dezenas de violinos e dezena e meia de pianos, as trompetes, os saxofones, os clarinetes, os violoncelos, o contrabaixo e outros instrumentos musicais que haviam sido, em grande parte, oferta de benfeitores da causa tiflófila? Que destino foi dado a tanto material didáctico, às centenas de livros em Braille transcritos por voluntários ou com a sua colaboração? E a significativa herança deixada pelo oftalmologista Anastácio Gonçalves para benefício das condições de ensino dos deficientes visuais, a quem aproveitou? Tudo

impunemente se perdeu, desde o início da década de setenta, de tudo foram os deficientes visuais esbulhados.

Se se refere aqui que estes danosos procedimentos consumiram recursos que, a serem utilizados a favor da causa tiflófila, muito favoreceriam a progressão educativa e cultural dos deficientes visuais portugueses, que dizer acerca do que tem vindo a suceder com a APEC, que durante largas décadas - sendo detentora de um elevadíssimo património -, manteve em razoável funcionamento o «Asilo-Escola António Feliciano de Castilho» que tanto beneficiou, no plano educativo e cultural, os muitos alunos que tiveram a feliz oportunidade de lá ingressar? Durante a segunda metade da década de setenta e a quase totalidade da seguinte, os Corpos Gerentes

dizimaram recursos patrimoniais sem que do facto tenham beneficiado os legítimos usufrutuários, e, em sucessão, têm vindo a delapidar o rico património, vendendo ao desbarato prédios - uns atrás de outros - e consumindo os produtos financeiros daí resultantes. Também nesta Instituição se perdeu a biblioteca literária e a musical, se deu sumiço a inúmeros instrumentos musicais e outros bens. De igual modo, aqui foi e continua a ser usurpado aos deficientes visuais - com a complacência dos poderes públicos - o que legitimamente lhes devia pertencer.

Bens que foram no passado legados à APEC para que os seus alunos pudessem adquirir uma boa educação e uma elevada patente cultural, nomeadamente no domínio da Arte dos Sons, têm estado a ser desviados das suas verdadeiras finalidades por falsos beneméritos da causa tiflólogica.

Naturalmente que o deplorável procedimento de combate à formação de músicos, impulsionado, designadamente, pela Direcção-Geral da Assistência e pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, associado ao quase completo desmantelamento posterior do Ensino Especial, que havia garantido, embora a um escasso número de privilegiados da sorte, um ensino de qualidade, não desvaloriza os potenciais méritos do Ensino Integrado, então encetado sob a égide de Ana Maria Benard da Costa, mentora e principal promotora deste projecto de integração dos alunos deficientes visuais em escolas públicas.

Evitou o desmantelamento total do Ensino Especial o facto de, entre outras escolas, o Centro Infantil Helen Keller não ter desistido do seu sistema de ensino; continuou a ser escola de Ensino Especial para meninos e meninas com deficiência visual e a admitir a frequência de alunos normovisuais, sistema igualmente sustentado pela LCJD que, embora promovendo o Curso Lical - nos seus três níveis - estruturado em moldes adequados a uma boa prestação de Ensino Especial aos alunos deficientes visuais, permitia a sua frequência a sócios normovisuais.

Tanto na Escola Helen Keller como na LCJD a frequência de alunos normovisuais era diminuta, obrigando estes a integrar-se num sistema de ensino adequado, em primeira instância, aos condicionalismos dos alunos com deficiência visual. Em ambas as instituições, a integração era considerada importante; porém, esta era conseguida, talvez mais eficazmente, realizando-se de fora para dentro. Nelas, o ensino lical continuou a processar-se sem sobressaltos, a preparar alunos que, posteriormente, ingressaram em Cursos Superiores, concluindo, com êxito, licenciaturas em diversas áreas do conhecimento. Do ensino de qualidade então produzido, tanto na LCJD como na Escola Helen Keller, são hoje testemunho muitos profissionais de qualidade e intelectuais de mérito, que exercem funções em diversas áreas de actividade, designadamente, no Ensino (mesmo a nível superior), em Serviços Documentais.

Por seu turno, o Ensino Integrado, que se foi implantando no país, revelou fragilidades que, diga-se, desvirtuaram de algum modo os seus desejáveis méritos. Ao transitar-se de um Ensino Especial - geralmente em internato - para um sistema de Ensino Integrado - em escolas oficiais, frequentadas por qualquer aluno -, independentemente de estar ou não afectado por

uma ou mais deficiências, era admissível que um cidadão de senso comum depositasse, nessa mudança, a esperança de todos os meninos e meninas com deficiência visual, em idade escolar, passarem, a partir de então, a ter acesso à escola; esta deveria garantir-lhes um ensino de qualidade (pelo menos tão bom como o que era promovido nas tão menosprezadas escolas do sistema precedente), que teria, necessariamente, materiais didáticos apropriados, lhes poria à disposição, em tempo útil, os livros necessários ao estudo proveitoso, disporia de docentes convenientemente preparados para, em permanência, os ensinar, com rigor, a dominar as matérias escolares. Todavia, este desiderato acalentado por tantas famílias, nunca, até hoje, foi alcançado. Uma dispersão dos educandos deficientes visuais por escolas totalmente impreparadas tinha forçosamente que resultar no fracasso.

Ora, no início desta década - excepcionalmente promissora, com tantas transformações em curso -, o panorama tifológico, atrás aflorado, bem como as dezenas de rapazes e raparigas, saindo das escolas de Ensino Especial com o Curso Geral dos Liceus terminado e a ambição de ir mais além nos estudos para atingir nível cultural superior, condicionaram positivamente o meio tifoassociativo lusitano. Por um lado, o movimento associativo estendia-se ao norte do país, por outro, passava a contar com matéria humana renovada, melhor preparada para enfrentar os desafios do futuro, com pessoas já não dependentes economicamente da família e da caridade pública. Agora, quando terminavam a sua escolarização e estágios de reabilitação e formação profissional, os deficientes visuais já não tinham apenas a perspectiva de ganhar o necessário para a sua sobrevivência, tocando na via pública, ou, na melhor das hipóteses, num bar, nos bailes promovidos pelas sociedades recreativas e outras similares. O quadro era agora bem melhor; pintado de cores mais vivas, mais risonhas. Podia aspirar-se a um emprego remunerado, a constituir família em condições mais dignas, à integração social em termos mais aceitáveis.

Na primeira metade dos anos sessenta era de tal modo férrea a vontade da nova vaga de ex-alunos saídos das escolas de ensino especial, para gerar um espírito novo no seio das duas associações lisboetas rivais, e derrubar a barreira de ódio que impedia os sócios da LCJD serem-no também da ABLB, que combinaram ingressar nas duas simultaneamente, afirmando, ao preencher a proposta de admissão na ABLB, que não eram sócios da LCJD.

Assim, este contingente de sócios força o movimento associativo a modificar a sua actuação: leva, a partir dos anos últimos da década de sessenta, a ABLB e a LCJD a porem de parte os antagonismos e a cooperarem em todas as acções que visem melhorar as condições de vida dos seus membros; condu-las a modificar a sua postura, face aos serviços e organismos que têm por competência promover a educação e o acesso à cultura, a reabilitação, a formação profissional e o emprego dos indivíduos afectados por deficiência visual, bem como a participar em todas as actividades sociais, sejam elas promovidas por uma ou por outra, ou por qualquer entidade diferente.

Doravante, a cooperação é quase uma constante, salvo nos momentos em que as respectivas direcções, por razões pessoais ou de natureza político-partidária, pautam a sua conduta por valores estranhos aos interesses do colectivo que representam. Nos anos subsequentes, as associações desenvolvem, a par dos serviços oficiais, uma actividade significativa, tendo como objectivo a sensibilização da opinião pública para com a problemática decorrente da deficiência visual e os indivíduos por ela afectados.

Foram estas acções possíveis porque também a imprensa, tanto escrita como falada, teve a percepção de que algo de importante se estava a operar em Portugal no âmbito da recuperação de deficientes. Não era uma raridade ver-se, nas páginas dos jornais, notícias acerca da temática que respeita aos deficientes visuais; com alguma frequência, passaram os portugueses a ouvir, na rádio, entrevistas com pessoas afectadas pela cegueira e, até às vezes, a vê-las no seu televisor.

(Recorde-se a célebre entrevista feita a Henrique Ribeiro no programa *Zip-Zip*, a qual projectou no seio da sociedade portuguesa uma imagem altamente positiva dos deficientes visuais e das instituições tiflófilas).

Em 1969, a ABLB, cooperando com a LCJD, com os Centros de Reabilitação e com outros serviços oficiais, promoveu, no Ateneu Comercial de Lisboa, um Simpósio, no qual se procedeu à análise, global e detalhada, da situação real dos portugueses portadores de deficiência visual, tendo-se, já nesse tempo, chegado a conclusões que pouco diferiam das que, hoje, nos movem a romper corajosamente com o *status quo* que tão marcadamente condiciona o nosso progredir para uma sociedade mais solidária, mais justa, em que a igualdade de oportunidades não esteja somente na Lei, não seja vã miragem, mas se concretize no quotidiano.

Com a tomada de consciência, por parte dos governantes, de que os deficientes visuais também tinham direito à Informação, à Cultura, à Cidadania plena, a Biblioteca Nacional de Lisboa abre ao público o «Serviço para Cegos» (hoje, «Área de Leitura para Deficientes Visuais»), tornando-se assim a primeira Entidade Nacional a proporcionar leitura em Braille e em áudio a todos os utentes deficientes visuais que dela careçam, estando em Lisboa ou Porto, no Minho, Beira Interior ou Algarve, nos Açores

ou Madeira, em qualquer das então Províncias Ultramarinas e mesmo no estrangeiro.

A abertura oficial deste Serviço, em 2 de Dezembro de 1969, foi possível graças ao forte empenho do Director da Biblioteca Nacional, Dr. Manuel Santos Estevens, que ao deslocar-se à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América visitara a «Divison for the Blind» nela existente. O ter contactado com este departamento, que propiciava, às pessoas com deficiência visual, o acesso ao livro e, portanto, ao conhecimento que este encerra, foi o fermento primordial que levedou a sua sensibilidade, moldou o seu pensamento, quando tomou a resolução (e a publicitou no início dos anos sessenta) de instalar o «Serviço para Cegos», em espaço próprio, no edifício em construção, no Campo Grande, destinado à Biblioteca Nacional de Lisboa.

Obviamente, já entre nós existiam outras bibliotecas prestadoras de serviços de leitura às pessoas com deficiência visual: as escolas de Ensino Especial (nomeadamente, o «Instituto de Cegos Branco Rodrigues», o «Asilo-Escola António Feliciano de Castilho», o «Instituto S. Manuel») tinham já as suas próprias bibliotecas que, no entanto, eram utilizadas apenas pelos respectivos alunos; as associações possuíam-nas, mas somente para exclusiva utilização dos seus associados; a Câmara Municipal de Lisboa, por decisão do seu Presidente, General França Borges, havia aberto uma biblioteca Braille, mas destinada somente aos seus munícipes; a Câmara Municipal do Porto, impulsionada pela tiflófila Fernanda Brito, seu Quadro Superior, abriu uma biblioteca sonora que, porém, estava ao serviço de todos os portugueses com deficiência visual, desde que dispusessem de um leitor do sistema Clark and Smith.

Também nesta área de actividades inerentes à formação intelectual dos deficientes visuais, foi decisiva a interferência das associações. Sempre que julgado oportuno, deram o seu contributo para que, cada vez mais, os serviços prestados aos deficientes visuais crescessem, tanto em quantidade como em qualidade. A título de exemplo, refira-se que elas cooperaram abertamente na preparação técnica de funcionários que integravam estes novos serviços e com estes estabeleceram acordos de cooperação.

Paralelamente, a LCJD ensaiou a realização de eventos inovadores. Em 1974, o Presidente da Direcção - Raul Almeida Capela - secundado pela Vice-Presidente - Raquel Granadeiro - e o Secretário - Isidro Rodrigues - promoveram, com o patrocínio da TAP e do Banco Franco-Portugais, bem como a preciosa e estreita cooperação da Associação Valentin Haüy, uma visita de estudo - de 14 a 22 de Setembro - que permitiu a treze sócios conhecer *in loco* a panorâmica tiflólogica francesa, visitando

escolas, centros de formação profissional e de reabilitação, bibliotecas, centros de produção bibliográfica e outros materiais audiotácteis, a loja de equipamentos e materiais próprios para deficientes visuais; em 1977, o Presidente da Direcção - Isidro Rodrigues - concertou, com a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e a Embaixada de Espanha, a vinda a Lisboa do Director da Escola de Fisioterapia da ONCE - Luis Gonzalez Nieto - que realizou um ciclo de conferências, elegendo a fisioterapia como profissão privilegiada para os deficientes visuais; em 1976, integrou, com a ABLB, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Camões, a Comissão promotora das comemorações do «Cinquentenário da Morte de José Cândido Branco Rodrigues», cuja acção produziu, entre outras realizações, a constituição do «Prémio Literário José Cândido Branco Rodrigues» que é administrado pela Biblioteca Nacional de Portugal - e levou a Câmara Municipal de Lisboa a dar o nome do homenageado à rua onde ele havia vivido.

Nesta despreziosa abordagem a aspectos da problemática decorrente da deficiência visual em Portugal, no decurso do advento do século XX ao dealbar do terceiro milénio, tentei, embora com leves pinceladas aqui, mais carregadas ali, pintar um quadro que veicule informação - ainda que muito aquém do que seria desejável - que tenha, pelo menos, o condão de complementar o já afirmado por tantos, nomeadamente, Joaquim Guerrinha, Joaquim Nunes Pinto, Albuquerque e Castro, e reportado, mais recentemente, por outros, que têm tentado dar o seu contributo, para que não sejam ignorados - no presente e no futuro - a obra e os seus ideólogos, que, passando sem perda de tempo da concepção do projecto à sua execução, construíram as auto-estradas, lançaram as pontes, dissiparam a escuridão, tornando assim possível o panorama tiflológico hodierno.

Em ordem à satisfação do desiderato de manter vivas as memórias do que de bom se realizou no passado e de dar mais visibilidade (se é que é possível) às qualidades de humanismo protagonizadas, inequivocamente, pelos promotores de mudança de mentalidades, de realizações que abriram novos horizontes aos cidadãos com deficiência visual, tanto no acesso à educação, à cultura e à formação profissional, como ao emprego remunerado, à convivência social e, mesmo, à actividade política, em suma, à cidadania, que se deseja seja plena, determinei-me a elaborar um sucinto opúsculo, pensando que o mesmo, por mais modesto que seja, pode despertar consciências, pode motivar outros a ir mais além na busca do passado em que se alicerça o presente e se constrói o futuro.

Contudo, e para finalizar, entendo que este contributo ficaria maculado, por omissão, se deixasse no esquecimento o «Centro de Cultura Tiflológico» (CCT) e o «Centro de Cultura dos Cegos» (CCC). O primeiro, fundado e dirigido por Joaquim Nunes Pinto, Augusto Roque Medina da Silva e Margarida Machete - entre outros -, sediou-se na Rua Tomás da Anunciação e, embora durante poucos anos, promoveu, entre os seus frequentadores, o gosto pela leitura e a aproximação à Cultura, organizando tertúlias, realizando conferências e outras manifestações de índole similar. O segundo, fundado pelo incansável jesuíta P.^e Abílio Martins, que o dirigiu até ficar impossibilitado, devido a doença prolongada, esteve sempre ao serviço dos cegos, privilegiando o seu acesso à Cultura. Com essa finalidade, editou, em colaboração com a LCJD, *A Cassete da Semana*, revista sonora na qual, semanalmente, tratava temáticas diversificadas de carácter cultural; gravou em banda sonora inúmeros títulos de natureza literária, histórica, sociológica, religiosa, científica, musical; colocou à disposição dos afectados pela deficiência visual imensos cursos de línguas, nomeadamente, de Francês, Inglês, Alemão, Italiano. Esse espólio bibliográfico foi, após a sua morte, colocado à guarda da ALDV da Biblioteca Nacional de Portugal pela Companhia de Jesus - que ele havia abraçado com os seus três irmãos - estando uma boa parte disponível para os leitores.

Obviamente, estes significativos contributos foram acolhidos com muito apreço

pelos deficientes visuais e as entidades suas representantes. Eles vinham tornar mais nutritivos os frutos gerados pela acção das associações já atrás referidas, eram acréscimos às actividades educativas, recreativas, culturais, de formação profissional, cívica, política, por elas promovidas.

A Liga de Cegos, que privilegiava, além do já atrás referido, a formação de tertúlias, grupos de leitura, a realização de conferências, sessões de teor cívico, político, de espectáculos teatrais e musicais realizados pelos seus associados, tanto em palco como na rádio, a promoção de passeios à praia e ao campo, de excursões turísticas, de visitas de estudo, designadamente

a museus e monumentos, frequência de salas de espectáculos, encontrou

- principalmente na excelente colaboração do incansável apóstolo da

Cultura para deficientes visuais, que foi o P.^e Abílio Martins - o incentivo para prosseguir na busca de novas formas de actuação, visando sempre facilitar, aos privados do sentido da vista, o acesso ao conhecimento.

Foi graças à influência da filosofia de vida do P.^e Abílio Martins, que

a LCJD se motivou a estabelecer, com a Área de Leitura para Cegos da

Biblioteca Nacional, um protocolo de cooperação e passou a publicar

Galáxia: Revista Sonora de Divulgação Cultural entre os deficientes visuais. Trata-se de um periódico semestral fundado e dirigido por Isidro Rodrigues, Presidente desta Entidade Tifloassociativa (1986-1988), que se decidira a procurar novos rumos para a tiflogia lusa, designadamente, no domínio da acessibilidade à informação, ao conhecimento e à cultura,

à cooperação - não só entre a LCJD e a sua congénere, ora renomeada, «Associação de Cegos Louis Braille» (ACLB), mas também com a ACNP -, enfim, à construção e difusão de uma imagem das pessoas com deficiência visual mais consentânea com a realidade.

A inegável dedicação do P.^e Abílio Martins - convicto adepto da Cultura - conjugada com outras não de menor valor, como, designadamente, a de Fernanda Branco Sampaio, Bernardette Caldeira Coelho, Raul Almeida Capela, Raquel Granadeiro, foi um precioso incentivo para muitos estudantes deficientes visuais, que ingressaram nas Universidades e concluíram Cursos Superiores, e, no pós-Revolução dos Cravos, uma das forças conducentes à ruptura do *status quo* do tifloassociativismo.

Foi esta ambiência de solidariedade culta, associada naturalmente a factores de emancipação, fortificados logo no início do Portugal de Abril, que tornou possível à LCJD ser a primeira Associação de pessoas com deficiência visual a eleger, a título permanente, em 1976, para seu Presidente de Direcção, um sócio com deficiência visual, liquidando, com este seu acto de afirmação positiva, a tradição de ser sempre alguém não afectado visualmente a tutelar a existência do nosso tifloassociativismo. Foi o encorajamento desta solidariedade intelectualizada que contribuiu para que o novo Presidente, ciente de que os portugueses, também neste âmbito, haviam estado sempre afastados da convivência com Organismos Internacionais e Estrangeiros, intensificasse os contactos iniciados em 1974 com o Presidente da «International Federation of the Blind» (IFB), Dr. Rienzi Alagiyawanna, quebrando de vez o isolacionismo dominante no passado. Assim, ao filiar, em 1977, a LCJD nesta Federação Internacional, despertou a ACLB, levando-a a filiar-se no «World Council for the Blind» (WCWB); foi esta cultura de solidariedade racional, esta maturação intelectual associativa, que habilitou o Presidente da Direcção a conceber um projecto que, após aprovado internamente, foi proposto à Direcção da ACLB e à da ACNP, projecto que recebendo larga adesão, tanto no seio das próprias associações, como por parte de Entidades Nacionais, Estrangeiras e Internacionais, gerou um amplo movimento favorável à criação da Organização dos Cegos Portugueses (OCEP); foi a sabedoria adquirida e amadurecida ao longo de anos, a tenacidade temperada na forja da vida associativa que, em 1987, permitiu a Isidro Rodrigues, Presidente do Conselho Técnico da LCJD, retomando o projecto OCEP, por si concebido dez anos antes, elaborar

um documento, cuja aceitação por parte das três Associações veio a produzir em 1989 a institucionalização da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO). Entidade tiflológica, democrática, nacional, solidária e reivindicativa - como foi programaticamente caracterizada - é, desde então, embora nem sempre com o empenho, a força e eficácia desejáveis, o motor de desenvolvimento de actividades na procura de novos rumos, na execução de projectos que viabilizem a completa integração das pessoas com deficiência visual em todos os níveis da vida social, que lhes abram os caminhos conducentes ao usufruto de uma cidadania plena.

Chegado a este marco histórico, quase me sinto tentado a abrir um novo capítulo, a alongar-me por algumas páginas mais, expressando as minhas memórias vivas (algumas já documentadas em actas da Assembleia de Representantes da ACAPO, em cartas dirigidas em tempo oportuno à Mesa da mesma Assembleia, em actas de reuniões do Conselho Nacional de Reabilitação realizadas nos anos de 1987-1989, em documentação produzida para Jornadas promovidas pela ACAPO) acerca do que, na minha óptica, naturalmente, foi retrógrado ou representa progresso, foi um mau serviço prestado à causa tiflófila ou a política adoptada produziu benefícios para o colectivo associativo, foi negativo ou se traduz num contributo mais para a conquista da tão almejada plena cidadania, tantas vezes anunciada e outras tantas adiada. Não obstante, é meu entendimento que os limites do meu compromisso foram alcançados e os aspectos históricos do Associativismo, da evolução tiflológica em Portugal que, porventura pudesse focar ainda, seriam a repetição ou (na melhor das hipóteses) uma outra visão dos factos considerados por quem tem, neste repositório da nossa memória colectiva, essa apetência em grau mais elevado, ou já tratados na *História Geral da Associação de Beneficência Louis Braille desde a sua Fundação*, de Joaquim Guerrinha, em artigos publicados no *Jornal dos Cegos*, em *Ponto e Som*, na *Revista dos Cegos*, na revista *Poliedro*, na *Revista Galáxia*, ou na *Revista Louis Braille*.

15 Steinbeck Stressed 15,
1000 Berlin 44,

Germany West.
23.11.77.

Dear Dr. Isidro Rodrigues,

I hope you received the letter I sent you on my return to Berlin. I informed you that I went to my home country Sri Lanka at the beginning of this year. That is the reason for the delay in affiliating your organisation.

I translated your constitution and sent it to the President for approval.

I think your organisation will be approved in a few weeks time.

We are making haste to affiliated the Liga before the meeting of the European committee of the International Federation of the Blind. You have already got an invitation to attend the meeting, which is due to take place in May 1978.

I will be very pleased to meet you at the meeting. Please let me know if you will be able attend. If there is any difficulty, kindly inform me. I will do my best to help you to attend the meeting.

I'm hoping to hear from you early,

Sincerely Yours,

Rienzi Alagiyawanna.

2 Louis Braille, 1809-1852: sua vida e obra

CLAUDINO ARIEIRA PINTO

O autor do recente sistema de escrita para cegos, cujo invento se inscreve na memória dos tempos como uma das descobertas mais portentosas do mundo actual, de seu nome Louis Braille, foi o filho mais novo e mimado de entre quatro irmãos do casal Simon René Braille e Monique Baron.

Desde logo tido como uma criança activa e inteligente, começou a dar os seus primeiros passos a brincar na oficina do pai, o suporte da família, na qual o progenitor laborava como correeiro. Foi precisamente num dado momento dos seus entretenimentos, quando o pequeno Louis, ao retalhar um bocado de couro próximo ao rosto, aconteceu que a soveia que ostentava lhe resvalou da mão, originando uma séria perfuração no olho esquerdo, sobrevivendo-lhe uma forte hemorragia seguida de infecção. Foi esse infausto acontecimento que havia de determinar de forma marcante a vida deste paladino. Os desvelos dos pais e dos amigos e o desenvolvimento da ciência ao tempo, mesmo a medicina caseira, jamais possibilitaram que o petiz recuperasse a visão naquele olho, antes deu azo a que se disseminasse no olho direito, ficando o Louis totalmente cego, tinha então 4 anos.

Tudo isto acontecia numa aldeia francesa, Coupvray, nos arredores de Paris, onde apesar do obscurantismo reinante no século XIX ainda por essa Europa, tal não foi inibidor de que os pais do pequeno futuro génio se não preocupassem com a sua educação, para o que contaram com o apoio do mestre-escola e do abade de Coupvray, Jacques Palluy. Desde logo foi por todos eles feita a inequívoca constatação da prodigiosa memória e excepcional inteligência do pequeno Louis, dotes em que era descortinável uma tendencial propensão para a análise metódica e para a observação analítica. Chegávamos entretanto ao ano de 1816, tinha o menino 9 anos feitos a 4 de Janeiro, ia cumprindo com a sua rotina diária de ir com os seus companheiros frequentar a escola da aldeia, em que, mau grado as suas limitações, encontrava o entusiástico acolhimento do mestre professor.

É pela generosa mão do abade que este adolescente foi levado junto do marquês de Orvilliers, pois que este eclesiástico estava informado de que um nobre, seu conterrâneo, tinha conhecimento da existência de uma Instituição de Cegos em Paris, prontificando-se de imediato a mover todas as suas influências para lá admitirem o rapaz. Tal foi o seu espanto ao dar-se ele próprio conta das impressionantes qualidades intelectuais do jovem. Cientes das vantagens de tal mudança, os pais de Louis Braille consentiram na sua entrada na Instituição Real para Jovens Cegos de Paris, que se deu a 15 de Outubro de 1819.

Apesar de se ter confrontado com um tipo de ensino austero, obsoleto e inadequado, consistindo basicamente na repetição pelos alunos das explicações e textos ouvidos, tal não impediu que, de imediato, o jovem desse indícios de assinaláveis progressos, mau grado as aludidas condições de pobreza na docência, acrescidas de grandes carências alimentares, as quais contribuíram para debilitar seriamente a saúde do nosso protagonista. Todavia, sopesadas estas carências, os ditos pupilos já usufruíam de alguns livros tratados em relevo a partir da escrita normalizada. Este método foi idealizado por Valentin Haüy, eminente filantropo que dedicou toda a sua vida ao serviço da comunidade deficiente visual francesa e até europeia, a quem se deve a criação da já referida instituição tifológica, em 1816, com fundos provindos da Corte e de gente da alta burguesia francesa.

Foi em tais condições deveras adversas que o jovem Louis se foi engrandecendo

culturalmente, demonstrando mesmo assim os seus talentos e o seu eclectismo, acumulando a sua formação em letras com a de músico, vindo a ser, em consequência, organista em Notre-Dame des Champs.

É neste percurso de aquisição da sua ímpar utilidade mental que Louis Braille se foi apercebendo das insuficiências do tipo de ensino então ministrado, reconhecendo a evidência da falta de um código de escrita e leitura mais eficaz do que o então utilizado graças à abnegação de Valentin Haüy. Daí o começar a cogitar na forma de ultrapassar esse delicado obstáculo.

Sucedeu que as circunstâncias tornaram possível o relacionamento do jovem com um capitão de artilharia do Exército Francês, Charles Barbier de la Serre, o qual criara um sistema táctil para descodificação das mensagens que dirigia aos postos avançados de sentinela, no escuro da noite, na altura em que decorriam as campanhas napoleónicas. Esse sistema, a que chamou de «Escrita Nocturna», consistia na combinação de pontos e traços em relevo que significavam sons que, com as necessárias junções, expressavam mensagens, naturalmente de significado e tradução sonora. O militar francês, antes de se deslocar àquela Instituição de Cegos para exhibir o seu invento, aperfeiçoou-o ainda mais, passando a denominá-lo de «Grafia Sonora».

Em tal apresentação, que se deu em 1820 com a presença sempre observadora de Louis Braille, este rudimentar sistema mereceu os maiores encómios por parte de alunos, dirigentes e professores. Na verdade, estavam aqui lançadas as bases que seriam o gérmen do sistema que o nosso protagonista, persistentemente, suportando todas as adversidades e contestações, iria magistralmente aperfeiçoar. Com efeito, embora honra seja feita àquele militar, o código por ele criado, para além de ser fonético, ainda não reunia as condições adequadas ao tacto em razão do seu excessivo tamanho, por uma parte, por outra, não permitia a soletração das palavras e, finalmente, porque era usado com frequência um grande número de sinais representando uma única palavra, o que tornava a decifração morosa e difícil. Tal não impediu, mau grado, que lhe fossem tributados foros de dignidade, considerando esta criação como «Método Auxiliar de Ensino» naquela escola.

Esta circunstância fez com que, de experiência em experiência, partilhada por alunos e professores, Louis Braille fosse tendo percepção das virtualidades e insuficiências do referido código, treinando-o e ensaiando-o até com prejuízo dos seus momentos de lazer, permutando as experiências com os discípulos mais directos. Era deste modo que, pegando numa prancheta perfurada e num estilete, ele ia aturadamente matutando no modo de transformar este código, tornando-o mais atraente e acessível. Em tal

concepção, era fundamental que esta forma de escrita, em vez de expressar sons, tinha que significar letras, e a dimensão dos sinais tinha que ser reduzida para metade do seu tamanho, ajustando-se assim de forma táctil à correcta morfologia da polpa do dedo polegar. Finalmente, uma vez conseguido este desiderato, o código tinha que integrar pontuações, matemática, algarismos e notação musical. Com tais cogitações, lançou-se ao trabalho, com tal inusitada audácia que, em certos momentos, opondo-se tenazmente a Barbier, haveria de ser determinante para alterar aquele incipiente código de forma radical.

Depois de se submeter a árdua actividade até com sacrifício das férias, dia e noite, vemos este jovem ressurgir em 1824, na reabertura da Instituição, com o sistema totalmente reformulado, evidenciando já uma sombra da invenção de Barbier, assente agora praticamente nas bases definitivas da sua conformação actual. Foi a partir de então que começou a gloriosa campanha que culminou com a aprovação deste código, depois de mais uma vez sujeito à apreciação de alunos e professores da Instituição, para ainda receber pequenos retoques.

Foi dentro desta aturada laboração que emergiram então outros sub-códigos, seja o de Matemática, seja o de Notação Musical, este último muito semelhante ao que se usa nos dias de hoje.

Todavia, as vicissitudes que a Instituição sofreu com mudanças sucessivas de Direcções, juntando ainda a postura governamental de dúvida sobre a eficácia da sua aplicação, não permitiram que o sistema, relativamente ao ensino regular, fosse desde logo adoptado. Este pequeno salto na emancipação do código não obistou a que, em face das necessidades internas, Louis Braille editasse o alfabeto que se conhece, integrando um excerto da *Gramática das Gramáticas*, com data de 1828.

Prosseguindo na senda da sua divulgação, em 1829 publicou a primeira edição do *Método de Palavras Escritas, Músicas e Canções por Meio de Sinais para Uso de Cegos e Adaptados para Eles*. No prefácio desta monografia, Louis Braille refere-se a Barbier nos seguintes termos: «Se nós temos vantagens no nosso método sobre o seu, devemos dizer em sua honra que o seu método deu-nos a primeira ideia sobre o nosso».

Os méritos e a inteligência deste génio granjearam-lhe a nomeação de professor do colégio onde foi aluno em 1828, no qual leccionou Gramática, Matemática, Geografia e Música.

Apesar da debilidade da sua saúde, pois contraíra tuberculose aos 26 anos, tal não o impediu de progredir na epopeia da exploração do seu invento, criando novos sinais e revendo outros.

No prosseguimento da sua saga bibliográfica editou ainda a *Pequena Sinopse de Aritmética para Principiantes* e, em 1839, o *Novo Método para Representação por Sinais de Formas de Letras, Mapas, Figuras Geométricas, Símbolos Musicais para Uso de Cegos*. Neste último método, Braille procurou no essencial escrever por pontos as letras de forma convencional, para que os cegos pudessem relacionar-se com as pessoas normovisuais. O sistema de escrita normal por pontos conheceu mais tarde o seu máximo aperfeiçoamento, sob a orientação de Victor Ballu, que lhe legou o seu próprio nome.

Apesar da luta insana empreendida por Louis Braille e seus discípulos para impor o seu sistema, estávamos já em 1840, os métodos obsoletos da escrita propostos por Valentin Haüy e por Barbier continuavam ainda a pontuar naquele estabelecimento de ensino especial.

Acrescente-se que Louis Braille também tentaculou os seus códigos fora de portas, todavia debalde, como demonstra uma negativa em resposta a uma carta que lhe foi dirigida por Wilhelm Kleim (1840), director da primeira escola para cegos de Viena.

Um acontecimento transcendente veio finalmente consagrar a oficialização deste sistema de escrita e leitura, que foi a cerimónia de inauguração da nova sede do Instituto Real para Jovens Cegos, afinal a casa adoptiva de Louis Braille. Serviu também este acto de pretexto para reconhecer o «Braille», do apelido do seu criador, como o sistema exclusivo de escrita para cegos, devidamente creditado pelo Ministério da Educação de França. Desde aí a sua projecção jamais estancou, dentro e fora de portas, sendo reconhecido e utilizado sucessivamente na Europa e na América. Louis Braille ainda pôde assistir a parte dessa tarefa, numa altura em que estava prestes a cessar funções docentes naquele Instituto, o que aconteceu em 1847, num momento em que a sua saúde cada vez mais se depreciava. Manteve, no entanto, o seu estatuto de músico, como professor e como organista de igreja até falecer em 1852.

Que mais se pode dizer sobre o legado que este insigne paladino da tiflogia deixou à Humanidade, particularmente aos deficientes visuais de todo o mundo? A estes últimos fechou-lhes as portas do obscurantismo, do analfabetismo. De entre todos os sistemas de leitura e escrita que a civilização conhece, para este substrato social importante da comunidade universal, o sistema Braille, criado em 1824 pelo inventor que lhe deu o seu nome, é o sistema de escrita e leitura especial que tem subsistido e possibilitado com maior eficiência e facilidade a comunicação da palavra, impondo-se a qualquer outro meio, como seja,

por exemplo, a gravação magnetofónica que, nos tempos actuais, é entendida basicamente como um meio complementar e auxiliar de leitura.

É que a palavra escrita em Braille significa, para a pessoa cega, o mesmo que a palavra escrita em tinta para a pessoa que vê. Indubitavelmente, ele constitui o único meio de comunicação que lhes permite expressar-se e obter informação entre si e até com os que têm visão, revelando-se da maior utilidade inclusivamente para a pessoa cega/surda.

De uma maneira simplista, pode dizer-se que é através dos sessenta e três sinais transformados em símbolos que o cego encontra todas as valências da escrita, seja a Matemática, seja a Música, a Literatura, a Química, e, nos dias que correm, a Informática. Tudo depende das combinações desses símbolos. É ainda através deste meio que as pessoas que não vêem entendem a ortografia, a grafia, o sentido das pontuações, quadros informativos, esquemas, etc. Acima de qualquer outro meio de comunicação, a mente humana recebe a escrita como um espelho que se projecta na sua frente

e, analogamente, este raciocínio tem a mesma aplicação para as pessoas desprovidas de visão, isto é, a escrita em tinta está para os normovisuais assim como a escrita em Braille está para os que não podem usar da faculdade da visão.

Em verdade, pena foi que Louis Braille não tivesse tido, enquanto foi terreal, o prémio de reconhecimento de muitos daqueles que hoje, graças a ele, apesar de não verem, têm neste sistema a principal luz que os conduz aos caminhos da cultura e da formação, permitindo-lhes ascensão no xadrez social a lugares nunca dantes pensados. Mas esse reconhecimento, apesar de tardio, tem vindo nos últimos tempos, felizmente, a traduzir-se em actos de profundo apreço da Humanidade por este feito tão transcendente. Foi disso a França a pioneira, mandando-lhe erigir uma estátua na sua terra natal, onde se vê este «iluminado» a ensinar uma criança a ler no alfabeto por si criado.

Em 1929, em Paris, realizou-se a primeira conferência dedicada à Notação Musical Braille, revista de novo em 1954 e de novo, para receber novos sinais, em 1998.

Cem anos após a sua morte, concretamente em 1952, a UNESCO realizou uma conferência sobre «O Braille no Mundo», visando uma maior aproximação entre os países quanto à unificação do sistema e aproveitou a efeméride para transferir os restos mortais de Braille para o Panteão de Paris, a fazer companhia a outros notáveis decanos da filantropia francesa.

Para perpetuar a sua memória, foi criado em Paris o museu de seu nome, que é património mundial, onde se torna possível fazer uma montagem retrospectiva e perfeita da evolução do sistema Braille. Realçam-se aos visitantes, de entre os múltiplos documentos ali existentes, duas peças de alta valia para a História Tiflográfica Mundial: uma das mãos de Louis Braille numa urna; e uma gramática portuguesa impressa em 1856 na instituição que deu o saber a este insigne criador.

Este código de leitura, que reconhecemos de fácil manuseamento pelos deficientes visuais, só foi promovido em Portugal nos finais do século XIX, sendo pioneira do seu magistério a Associação Promotora do Ensino dos Cegos, fundada em 1888.

Sem de modo algum ser posto em causa, é reconhecido pelos seus utilizadores e técnicos deste tipo de escrita que ela precisa de alargar o seu leque de sinais para responder às necessidades hodiernas de diversos domínios, como seja a Informática, a Química e a Música, de modo a permitir o aumento das suas potencialidades. Daí falar-se já na ampliação da célula Braille de seis para oito pontos, o que aumentaria o número de sinais de sessenta e três para duzentos e cinquenta e seis.

Até hoje não surgiu, nem se vislumbra, substituto sequer igual ou equivalente. Já falámos do papel complementar da leitura gravada (audio-livro) que actua como um meio complementar de informação para as pessoas cegas, funcionando como um meio alternativo em casos muito pontuais. Todas as restantes alternativas páldas que se

esboçam não passam de ser decantações do próprio sistema, em que a vista devolve ao tacto aquilo que não pode ainda fornecer por via directa. A importância da leitura e da escrita em Braille mereceu a Louis Braille, junto de seu pai, o seguinte comentário, que tem de ser entendido um pouco enfaticamente: «Sem livros, os cegos não podem realmente aprender». Traduzido à letra, Louis Braille teria querido dizer: «Sem estarem aptas a usar a palavra escrita neste sistema, as pessoas cegas não podem funcionar por completo como verdadeiros membros da sociedade, porque não sabem realmente ler». Com o surgimento deste sistema, despontou, realmente, a autêntica emancipação de cidadania destas pessoas.

Isto de criar um sistema alfabético simples, inicialmente constituído por sessenta e três sinais, integrados em rectângulos iguais, no máximo de seis pontos cada um, em duas filas verticais de três pontos cada uma, envolvendo todas as grafias, a que se chama Código Braille, foi realmente uma obra de génio.

Estátua de Valentin Haüy (Paris)

Benemérito e tiflólogo francês

B. Birch - *Louis Braille: o jovem francês cego cuja invenção trouxe a milhões de cegos a possibilidade de ler.* Lisboa: Editora Replicação, 1990, p. 29

3 À memória de Léon Jamet

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A quase totalidade dos jornais lisboetas do dia primeiro de Março, na secção respectiva, dando a relação dos enterros que nesse dia se realizavam, noticiavam: «do Sr. Léon Jamet, Professor, às 10.30, da Igreja de S. Luís». Salvo erro, só o *Diário de Notícias* esclareceu que o falecido era natural de Paris e tinha 77 anos, mas tal obedeceu apenas ao facto de ser próximo parente de determinada pessoa. Nem sequer se ficou sabendo de que ele era professor...

É triste e muito de lamentar que a imprensa da capital não haja tido uma palavra para gastar com o desaparecimento de um artista insigne, que durante mais de cinquenta anos exerceu a sua múltipla actividade em Lisboa, onde chegou a gozar de merecida reputação como organista e como cantor notabilíssimo.

Léon Jamet nasceu em Issoudun (Indre) - e não em Paris, como afirmou o jornal sobredito - em 28 de Novembro de 1864. Ainda muito criança foi vítima de grave enfermidade que lhe acarretou cegueira irremediável.

Aos dez anos ingressou na «Institution Nationale des Jeunes Aveugles» em Paris, onde cursou canto com Bussine e Obery, e órgão e composição com Lebel. Músicos da envergadura de Émile Pécassard, Victor Duvernois, Charles Lamoureux e César Franck consagraram os primeiros passos de sua carreira artística, concedendo-lhe prémios muito apetecidos.

Veio para Lisboa, em 1885, exercer o lugar de organista da igreja de S. Luís dos Franceses, às Portas de Santo Antão, igreja que serviu dedicadamente quase até ao fim e donde saiu a enterrar na manhã do primeiro de Março deste ano [1941].

Professor muito hábil e executante primoroso, foi em 1893 nomeado organista da Capela do Paço Real das Necessidades, cargo que desempenhou até ao advento do regime republicano. Foi também organista da Casa Palmela.

Dotado de excelente voz de barítono, cujo timbre tinha invulgar beleza e de que sabia usar com mestria, Léon Jamet encantava quem tinha a dita de ouvi-lo e alcançou triunfos memoráveis em audições públicas, isto quando em S. Carlos se exibiam barítonos da força de Tita Ruffo, de Kaschmann e outros que tais.

Bom artista, na mais elevada acepção do termo, estudava sua parte com rara meticulosidade e punha ao serviço da sua interpretação todo o seu saber e toda a sua admirável sensibilidade.

Há trinta e tal anos, quando Lisboa se entusiasmou com os concertos da «Schola Cantorum», mantida por Alberto Sarti, Jamet foi um dos solistas. E ainda hoje se não apagou da memória dos que a tais concertos assistiram a forma superior como ele cantou *A Moabita* de Tomaz de Lima, *A Ressurreição de Lázaro* de Perosi e, especialmente, a *Terre Promise* de Massenet.

A respeito desta última pode ler-se em *A Arte Musical*, de 15 de Dezembro de 1906, em crítica não assinada, mas certamente devida a Lambertini, o seguinte:

«Seria injustiça não especializar a importantíssima parte de barítono, em que um artista de raça, profundo conhecedor da música francesa - o Sr. Léon Jamet,

em suma -, soube encontrar frequentes vezes a nota comovedora, dramática ou solene, que convinha acentuar. Bastaria a sua última frase: “Obéissez et vous serez béni”, para lhe criar a reputação de óptimo cantor, se a não tivesse já de há muito».

Como compositor deixou uma obra relativamente pouco numerosa, mas escolhida, na qual convém incluir o que se publicou em nome do, então, Padre Ballester, actual Bispo de Leão (Espanha), mas cujas primorosas partes de órgão foram escritas por ele.

Entre as suas produções importa salientar uma colecção de dez pequenos prelúdios para órgão, dois dos quais eu transcrevi para Orquestra e foram executados no Teatro Politeama, sob a regência de Mestre Fão.

Foi uma surpresa (e também uma prova de consideração artística) que fiz ao músico ilustre. Diligencieei, na instrumentação, conservar a *cor* das registações com que ele costumava tocá-los em casa, deliciosamente, em seu harmónio. Jamet quando os ouviu comoveu-se até às lágrimas e, depois, abraçou-me entusiasmado e declarou-se encantado não só com a manifestação de apreço e de amizade, que a instrumentação traduzia, como muito especialmente com a perfeita fidelidade de timbres que eu alcançara, sobretudo num deles, que constituía delicado problema, difícil de resolver.

Pois, no dia seguinte, num jornal de Lisboa, certo crítico desancava-me «por ter deturpado por completo o carácter organístico dos prelúdios», que... o conspícuo alinhavador de frases nunca em sua vida ouvira!

Léon Jamet, que foi professor da Escola Nacional de Música (fundada em 1903 por Júlio Larcher), do Asilo-Escola António Feliciano de Castilho e do Instituto Branco Rodrigues, era condecorado com as palmas da Academia de França, cavaleiro da Legião de Honra, possuía os hábitos de Cristo e de Santiago da Espada, com que fora agraciado noutros tempos, e tinha ainda uma condecoração pontifícia com que Sua Santidade o galardoara quando fez as suas bodas de ouro como organista de S. Luís.

Viveu em Lisboa, consecutivamente por mais de cinquenta anos, no exercício de sua arte e só tendo carinhos e palavras amigas e de incentivo para seus colegas portugueses, a quem nunca fez sombra.

Foi um grande artista, mas nunca fez auto-reclamo. Por isso, os jornais do primeiro de Março último se limitaram a inserir sem uma palavra de comentário, a notícia do seu funeral - «do Sr. Léon Jamet, Professor, às 10.30, da Igreja de S. Luís». Morrera na véspera, fulminado por uma congestão cerebral e havia dois anos que os achaques próprios da idade o traziam quase impossibilitado.

Que estas palavras de justiça sejam como um feixe de saudades deposto em sufrágio de sua memória e sirvam para mostrar que a ingratidão dos lisboetas não é um facto, pois houve muita gente que ao ler a notícia curta e inexpressiva, elevou seu pensamento a Deus, pedindo-lhe um cantinho no céu para quem, com a sua arte consumada, contribuía para suavizar as agruras alheias... Que Deus o tenha em descanso!

4 Branco Rodrigues: filantropo, tiflófilo, pedagogo e tiflólogo

FILIPPE P. OLIVA

Agradecimento

A José Branco Rodrigues, amigo muito estimado, filho do Tiflólogo, que em contraponto com a sua condição de filho de sangue por vezes se refere aos deficientes visuais como «filhos de espírito» do seu pai, agradeço, muito reconhecido, toda a disponibilidade sempre manifestada para a análise e comentário, bem como a larga cópia de informações e documentos que me tem transmitido e muito me têm ajudado.

É um dos poucos cidadãos, talvez mesmo dos raros, cuja vida se conta por anos completos: 18 de Outubro de 1861 a 18 de Outubro de 1926. Estes 65 anos decorrem desde o início do reinado de D. Luís até perto do fim do quinto mês após o golpe militar do 28 de Maio, tendo assim compreendido o último meio século da Monarquia, toda a Primeira República e os primeiros passos do Estado Novo. Nascido numa família da alta burguesia de Lisboa, filho do tesoureiro do Banco de Portugal e neto de um homem de negócios, educado em Inglaterra, comerciante de grande envergadura, Branco Rodrigues recebe a educação dada naquele tempo aos jovens do seu estrato social, incluindo um percurso universitário em Coimbra, em Filosofia, a que põe termo depois de um conflito com um lente que resolve pelas suas próprias mãos. Contudo, Branco Rodrigues não é um homem violento, muito pelo contrário, como demonstra o seguinte passo de um artigo de J. Nunes Pinto, publicado no âmbito das comemorações do cinquentenário da morte do notável tiflólogo: «Não é sem certa emoção que me decido a deixar o meu testemunho sobre o eminente tiflo-pedagogo que foi José Cândido Branco Rodrigues. E digo que não é sem emoção porque, sempre que a ele me refiro, quer falando, quer escrevendo, tenho-o sempre presente, ouvindo a sua voz, quando nos dava os seus salutares conselhos ou quando preleccionava os seus proficientes ensinamentos, ou ainda quando, brincando e rindo com seus pupilos, sentando-os inclusive à sua mesa, enchia o seu Instituto dum carinhoso ambiente familiar». E este ambiente revela-se a tal ponto familiar que o

próprio Branco Rodrigues nele constitui família, unindo-se à jovem professora de Braille, por ele preparada para o exercício destas funções, com quem tem dois filhos e com quem vem a casar.

Outro episódio, que nos foi narrado por uma testemunha, confirma o mesmo espírito de amigável cordialidade. Na Biblioteca, junto a uma janela voltada para o mar, três alunos conversam com animação, não se apercebendo da entrada e aproximação de Branco Rodrigues. Este, pondo as mãos nos ombros do que está de costas, o Mendes, eleva-se e fica nele apoiado.

O Mendes volta-se repentinamente e replica com uns socos. Para acabar com o equívoco, Branco Rodrigues fala: «Está quieto rapaz! Então estás a bater no director?», ao que o Mendes, estarecido, responde: «Desculpe, Senhor Branco, que eu não sabia». Branco Rodrigues, rindo, estreita-o num longo abraço e a perplexidade dos primeiros momentos depressa dá lugar ao bom humor que rapidamente se generaliza.

O que leva Branco Rodrigues, filho de um alto funcionário bancário e neto de um opulento homem de negócios, a voltar costas às altas expectativas de vida que o seu estatuto social legitima e a devotar-se por inteiro à defesa do bem-estar de indivíduos que fazem parte de um segmento populacional severamente desfavorecido, mesmo marginalizado, como são os cegos naquele tempo e mais tarde, mesmo depois de passarem a ser designados, de forma socialmente menos impressionante, por deficientes visuais?

A resposta a esta pergunta assenta, naturalmente, na confluência de circunstâncias pessoais, familiares e sociais.

Na década de 80, quando Branco Rodrigues atinge a maioridade, há muito já que é notado pela propensão para se aproximar de analfabetos e ensiná-los, a crianças e a adultos, a ler e escrever. Em 1885, por outro lado, seu avô, José Rodrigues, que muito estima e por quem sente enorme admiração, fica cego, vítima de cataratas. Passados dois anos é operado e, para grande satisfação da família e amigos, recupera a visão. Este feliz desfecho, conjugado com a propensão atrás referida, é decisivo quanto à entrega de Branco Rodrigues ao serviço da causa dos cegos, a que passa a dedicar-se por inteiro, nele empenhando todas as suas capacidades.

O primeiro passo dado neste sentido é a adesão a um grupo formado em Lisboa, com fins idênticos aos seus, constituído por pessoas de destaque na sociedade, do qual também fazem parte dois cidadãos estrangeiros recém-chegados ao nosso País - o francês Léon Jamet e a brasileira Victorine Sigaud Souto. Estes vêm a exercer uma influência marcante devido à experiência de que são possuidores.

Léon Jamet, organista na Igreja de S. Luís dos Franceses, foi educado em Paris, no Instituto em que Louis Braille fora aluno e professor; e, quanto a nós, muito provavelmente a ele se deve a introdução do Sistema Braille em Portugal. Victorine Sigaud Souto, filha do médico francês Xavier Sigaud, que esteve ao serviço do Imperador do Brasil e da Corte Imperial, tinha uma irmã cega, Adélia Sigaud, a qual pôde obter uma preparação muito próxima da que se ministrava no Instituto de Paris, por intermédio do seu compatriota, José Álvares de Azevedo, que lá foi aluno. Por isso, Victorine estava bem informada sobre as possibilidades dos cegos, quando adequadamente preparados. Este grupo funda em 1887 a APEC - Associação Promotora do Ensino dos Cegos -, que se propõe, para atingir os seus fins educativos, criar escolas por todo o País. Abre apenas, ao longo da sua existência de muitas décadas, um desses estabelecimentos, no ano seguinte, o qual virá a ser, alguns anos mais tarde, o Asilo-Escola António Feliciano de Castilho.

Branco Rodrigues fica pouco tempo ligado à APEC. Para ele, a educação dos cegos é um assunto de Instrução Pública e, como tal, a sua resolução coloca-se prioritariamente no âmbito de competência das autoridades governativas. Defende, por outro lado, que os cegos não devem, por princípio, ser encerrados em asilos, mas devem frequentar estabelecimentos educativos convenientemente apetrechados de recursos específicos adequados e ser também preparados para o trabalho. É à luz

desta orientação que inicia a cruzada da sua vida, diligenciando no sentido de que o Estado crie institutos para a educação dos cegos e para a sua preparação profissional, como já se fazia em muitos países, e também para que a sociedade passe a encarar os cegos como indivíduos úteis e respeitáveis e para que estes passem a acreditar em si próprios, como seres com capacidades socialmente válidas. Esta filosofia antecipa, em algumas décadas, o sentido da máxima que o P.^e Carol virá a consagrar mais tarde: «A cegueira limita mas não anula».

No decurso dos esforços que passa a desenvolver para que se crie o Instituto, Branco Rodrigues enfrenta inúmeros silêncios e negativas, uma das quais enquadra o que podemos considerar a primeira alusão entre nós ao ensino integrado - a recusa de um dos seus projectos fundamentada pelo Inspector de Instrução Pública, Abel Andrade, num projecto em poder do Ministério, para que os cegos passem a ser educados juntamente com os alunos normovisuais nas escolas comuns, usando-se para esse efeito o alfabeto Mascaró. Branco Rodrigues comenta e desfaz este equívoco nos jornais, com a justificação de que o alfabeto Mascaró não é usado em nenhuma escola, e não se volta a ouvir falar de tal projecto.

O carácter inconformista e a tenaz determinação de Branco Rodrigues não se vergam ante este desinteresse. Pelo contrário, levam-no a redobrar os seus esforços. Consegue que o Governo de João Franco oficialize, por Decreto de 22 de Dezembro de 1894, o ensino dos cegos. Inicia antes disso, à sua custa, o ciclo de viagens de informação, observação e estudo, pela Europa, que vão estender-se por mais de vinte anos, até 1914, para visitar os principais institutos para cegos. Nessas visitas estabelece contactos, graças aos quais vai poder estar permanentemente actualizado, observa, estuda, analisa instalações, métodos e aparelhos, em suma, documenta-se larga e pormenorizadamente.

Para divulgar entre nós a vasta e importante matéria acumulada ao longo de todo este labor, visando a informação pública e a mudança das mentalidades, começa a editar em 1895 o *Jornal dos Cegos: Revista de Tiflogia*, além de uma intensa actividade jornalística que desenvolve na imprensa diária e regional. Ao mesmo tempo, vai tomando uma série de iniciativas que procuram tornar efectivo o ensino dos cegos já oficializado. O *Jornal dos Cegos: Revista de Tiflogia*, do qual Branco Rodrigues é fundador e director, é editado de 1895 a 1920. Começa a publicar-se mensalmente, mas passa a anual em Janeiro de 1903. Tem a sede na Livraria Católica, no Rossio, propriedade de um amigo de Branco Rodrigues, Joaquim António Pacheco. Os lucros destinam-se às obras de Branco Rodrigues. Mas a publicação é deficitária nos primeiros anos, e só deixa de o ser quando o jornal passa a ser feito a expensas do Estado na Imprensa Nacional.

Esta publicação é um valioso repositório de documentos, artigos e notícias, sobre o que de mais avançado se conhecia e praticava nos mais conceituados estabelecimentos do Mundo, no domínio da Tiflogia, constituindo um excelente acervo documental e uma riquíssima fonte inspiradora para Portugal. É ainda um importante instrumento mobilizador da solidariedade da sociedade civil, tendo conduzido à formação de um notável corpo de contribuintes - «Os Benfeitores» - que resolveram ou atenuaram muitas vezes as dificuldades causadas pela falta de resposta das autoridades oficiais às diligências de Branco Rodrigues. Sobretudo, ao propósito mais caro ao Tiflólogo - a implementação, no terreno, do ensino intelectual e da preparação profissional dos cegos. Mais do que ter estes objectivos fixados no plano teórico da burocracia de Estado, importa vê-los concretizados na vida prática, através de institutos que ensinem e de alunos que aprendam.

O mesmo se deve passar com estruturas para formação profissional, porque ao tempo para estudar se segue o tempo para trabalhar, devendo os cegos estar para tanto convenientemente habilitados.

E é esta entranhada premência que leva Branco Rodrigues a seguir

em frente. Depois de algumas iniciativas de efeito mais ou menos passageiro - a criação de aulas de leitura e de música em algumas instituições onde consegue a cedência de uma sala -, mete ombros às acções de maior fôlego, avultando as que a seguir se referem.

Em 1895, em Castelo de Vide, são criadas - no Asilo de Nossa Senhora da Esperança -, por influência de Branco Rodrigues, oficinas para a preparação de cegos que, por decisão da Direcção daquele estabelecimento, passam a denominar-se Oficinas Branco Rodrigues. Em 1895, em Lisboa, é criado o Museu Tifológico, para proporcionar aos cegos a observação táctil daquilo que os normovisuais apreendem espontaneamente numa simples olhadela. No Instituto Branco Rodrigues, em 1954, ainda estavam duas vitrinas que se dizia terem pertencido ao Museu. Uma continha o modelo anatómico humano, a outra um conjunto de pequenos animais embalsamados - pássaros e outras espécies. Em 1900, em Lisboa, na Escola Comercial Rodrigues Sampaio, de cujo director é amigo, Branco Rodrigues cria a Escola Intelectual e Profissional de Cegos. Esta Escola muda várias vezes de sede, em 1908 toma oficialmente, através de Alvará, o nome de Instituto de Cegos Branco Rodrigues, e em 1913 é transferida para S. João do Estoril onde decorre a maior parte da sua existência. Em 1903, no Porto, cria a Escola de Cegos do Porto. Também esta Escola conhece várias sedes além de diferentes arranjos institucionais, até se tornar no Instituto S. Manuel que conhecemos. Quando, por razões desconhecidas, cessa a colaboração com Miguel Mota, seu braço direito na capital do Norte, Branco Rodrigues vê-se constrangido a dar início, com desgosto, segundo J. Nunes Pinto, ao processo de entrega da Escola à Misericórdia do Porto.

Branco Rodrigues deixa os Institutos que funda dotados de bibliotecas que, apesar da modéstia do seu começo, prestam valiosíssimos serviços aos alunos, a alguns dos quais, como copistas, se fica a dever um contributo muito meritório para o crescimento dos acervos. Para este fim contribui igualmente um importante conjunto de voluntários normovisuais, contributo que é de toda a justiça realçar, nomeadamente o de D. Maria da Madre de Deus Pereira Coutinho.

O legado de Branco Rodrigues fica na História como o suporte institucional em que assenta a promoção social dos cegos ao longo de mais de meio século a partir do fim da penúltima década do século XIX, quando o Estado, por omissão, mal tem ouvidos para este problema. No entanto, a meio do século XX, é ainda em contraponto com este legado que o Estado parte para a criação da utensilagem regulamentadora e do equipamento institucional, que vão passar a enquadrar a educação e reabilitação dos deficientes visuais em Portugal.

A vontade de Branco Rodrigues é que, por sua morte, o destino do seu Instituto seja confiado à Misericórdia de Lisboa. Mas, no fim da vida, já gravemente doente, tem que defender energicamente esta vontade ante a insistência de alguns que tentam influenciar o curso dos acontecimentos a favor da Ordem Terceira de S. Francisco.

Como não há no País quem substitua Branco Rodrigues (Albuquerque e Castro tem ainda só 23 anos, e a sua acção vai ser desenvolvida na cidade do Porto), a Misericórdia de Lisboa não pode encontrar um tiflopedagogo para dirigir o Instituto, do que resulta a desvalorização da componente tifológica, enquanto que, pelo contrário, se verifica a intensificação da vertente católica na vida da Escola, que, por vezes, chega a sugerir ambiências com laivos quase monacais - missas aos domingos e dias santos, dias 13, primeiras sextas-feiras de cada mês, missas por almas de conhecidos e desconhecidos, meses de vários santos, orações da manhã, orações da noite (terços, novenas, etc.), leituras religiosas ao pequeno almoço e, algumas vezes, difusão, através de instalação sonora, do terço e das cerimónias de Fátima transmitidas pela Rádio Renascença. Esta desproporção arrasta a Escola para um período de estagnação que se estende por cerca de três décadas, até perto dos anos 60. Não admira, portanto, que os responsáveis do Instituto só tardiamente comecem a

aperceber-se das transformações que vão tendo lugar no meio tifológico, umas por iniciativa de alguns alunos recém-saídos do Instituto, outras devidas a acções de avaliação e reformulação desencadeadas pelos serviços do Estado no que se refere à política de educação de deficientes visuais.

E foi assim que Branco Rodrigues, a estudar, a investigar, a pesquisar, a viajar, a projectar, a criar escolas, a dirigir, a ensinar, a mentalizar, a batalhar, despendeu toda a sua vida e uma parte muito substancial dos seus bens a favor dos cegos em Portugal. Não surpreende, portanto, que estes manifestem por ele um sentimento caloroso de enorme gratidão. Para o expressar, prestam-lhe em 1976 uma justa homenagem a propósito da passagem do cinquentenário da sua morte. No âmbito das iniciativas então tomadas, destaca-se a instituição de um prémio literário a atribuir trienalmente a autores deficientes visuais, o PRÉMIO BRANCO RODRIGUES, com base num capital constituído por contribuições de alunos de escolas que Branco Rodrigues criou e ajudou a criar, a que se juntaram outras participações - de familiares, amigos e da Fundação Gulbenkian, além de outras recebidas posteriormente. Aguarda-se para breve, agora que foram ultrapassadas algumas dificuldades de índole gestonária inesperadas, a oitava atribuição deste Prémio, que já devia ter tido lugar.

5 O Asilo de Cegos de Nossa Senhora da Esperança em Castelo de Vide e as Oficinas Branco Rodrigues

DIOGO SALEMA CORDEIRO

Em 1863 funda-se em Castelo de Vide o Asilo de Cegos de Nossa Senhora da Esperança, iniciativa do Dr. João Diogo Juzarte Sequeira Sameiro, que ainda em sua vida a levou a efeito. Inicialmente, e em instalações provisórias, começou por atender às necessidades básicas de pessoas cegas desprovidas de amparo e em extrema pobreza, o que já não era pouco, e também porque mais não o permitiam então as precárias instalações. Acrescia ainda a natural inexperiência, ao tempo e em Castelo de Vide, quanto aos cuidados especiais que o bom atendimento destas pessoas já eventualmente reclamaria.

Pouco tempo depois, a instituição adquire o antigo Convento de S. Francisco, no extremo sul da Vila, propriedade dos ministérios da Guerra e da Fazenda, praticamente abandonado e em ruínas e que fora à praça. Em 22 de Setembro de 1867 festivamente transfere-se para este edifício. E desde logo o administrador, que por morte do fundador assegurava a gestão do estabelecimento, consciente de que a satisfação das necessidades básicas das pessoas acolhidas, não obstante o carinho e o bom ambiente proporcionado, não preenchiam todos os cuidados conducentes à vida e dignidade humanas, principalmente à reabilitação e natural desenvolvimento das crianças e adolescentes, foi progressivamente promovendo novas actividades.

Restaurado e ocupado o velho convento dos frades franciscanos, nele voltou a haver vida e presença humana. Ensinavam-se as actividades práticas simples da vida diária e doméstica, bem como a música, mas era preciso agora alfabetizar e pensar no ensino intelectual, principalmente dos mais novos ou dos que tivessem mais condições para isso. Tinham-se recebido desde os primeiros dias pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. Foi o regente do Asilo, o Padre Severino Dinis Porto, quem, ao tempo e neste recôndito nordeste do Alentejo, compreendeu isso e melhor soube ver longe, e se devotar gratuitamente e por iniciativa própria a esse exigente desiderato. Com a não menos empenhada acção dos dirigentes do Asilo, procurou desde então e continuamente informar-se e preparar-se, quanto lhe era possível, de forma esclarecida para essa actividade.

O paciente e quotidiano trabalho de ensinar e aprender foi pouco a pouco sendo realidade naquela casa. O sistema Braille, de cujo inventor se celebra este ano o segundo centenário do seu nascimento, era ali já conhecido e ensinado, sendo alguns alunos levados pelo Padre Severino Porto a exame da instrução primária a Portalegre com notáveis resultados, como se lê na revista *O Occidente*, no seu número 634, de 5 de Agosto de 1896:

«O processo empregado por este illustre professor é o mesmo que é usado na *Institution Nationale des Jeunes Aveugles*, de Paris, no *Royal Normal College for the Blind*, de Londres, e em todas as escolas de cegos do mundo: o *Systema Braille*. Para a comunicação entre os cegos e os videntes adopta o *systema Braille-Ballu*, também usado no Instituto de Paris. A arithmetica é ensinada por meio do Cubaritmo, prodigiosa invenção do actual director do Instituto Nacional dos Cegos de Paris, M. E. Martin. A todos os cegos ensina, depois da instrucção

primaria, a lingua franceza, geographia e historia, em summa, as disciplinas lyceaes».

Entretanto o Prof. José Cândido Branco Rodrigues desenvolvia a sua acção, no sentido de promover em todo o País a instrução e a educação dos cegos, bem como o seu ensino profissional. Pedagogo e tíflogo, com vastos conhecimentos do que em vários países se ia fazendo, e do que em Portugal se passava a este respeito, entrou em contacto com a instituição de Castelo de Vide, a convite da direcção deste estabelecimento. Branco Rodrigues, decorridas na altura mais de três décadas de vida desta instituição, dispensa-lhe então um forte e generoso impulso. E é no ano de 1895 que se registam os primeiros testemunhos históricos desse encontro e dessa profíqua colaboração que rapidamente se viria a desencadear.

Em Junho de 1895 tomara posse a 25.^a direcção do Asilo, composta pelo médico Aniceto de Oliveira Xavier, presidente, os sacerdotes António José da Trindade e Henrique do Carmo Gonçalves, o farmacêutico José de Assunção Mimoso e o lavrador António José Repenicado, e logo nesse ano, em 15 de Dezembro, em acta desta data, se regista formalmente a decisão de criar umas oficinas profissionais, não só de aprendizagem, mas simultaneamente de produção, que, pelo menos em parte, remunerassem os deficientes visuais que nelas trabalhassem e também na tentativa de que alguns pudessem adquirir capacidades de trabalho para a sua vida futura fora da instituição.

Em 6 de Fevereiro de 1896 (pouco tempo ia decorrido) faz-se a inauguração solene das Oficinas, com cerimónias bem expressivas da importância do acontecimento, a que a imprensa se referiu largamente.

O trabalho dos rapazes e de alguns adultos consistia no fabrico de escovas, tapetes, cadeiras com assento em bunho, e outros objectos, mas muito principalmente canastras em madeira de castanho, muito usadas na época e para cujo fabrico havia na região abundante matéria-prima. Os assistidos do sexo feminino ocupavam-se com a costura, rendas, crochês, vestuário de lã, etc., participando e adestrando-se também nos vários trabalhos domésticos.

Em 20 de Julho do mesmo ano, a direcção do Asilo de Cegos promove uma solene homenagem ao fundador, de que a revista *O Occidente* deu interessante reportagem e de que nos permitimos transcrever a seguinte passagem:

«Para coroar os seus trabalhos, a actual direcção acaba de prestar uma honrosa homenagem ao benemerito instituidor do Asylo dos Cegos, o dr. João Diogo Juzarte Sequeira Sameiro. [...]. Foi uma festa imponente e magestosa. Convidou para este fim as auctoridades, as corporações religiosas e civis da localidade, a Imprensa de Lisboa, que esteve representada pelos correspondentes do *Diário de Notícias*, do *Século*, do *António Maria*, do *Branco e Negro* e do *Occidente*, que fizeram parte do cortejo, que do antigo cemitério da villa, acompanhou aquelas preciosas cinzas, para a Igreja do Asylo. As philarmonicas da villa e a fanfarra dos cegos seguiam o féretro à passagem do qual assistiam mais de três mil pessoas.

À porta da egreja Branco Rodrigues pronunciou um discurso enaltecendo a obra grandiosa do benemérito Juzarte Sameiro, e os trabalhos meritórios da actual direcção. [...] Foi então cantada uma missa de *requiem* e os alumnos cegos desempenharam magistralmente a parte instrumental».

Os trabalhos apresentados e as provas prestadas pelos alunos cegos de Castelo de Vide na Exposição Industrial do Porto, em 1897, e na Exposição da Imprensa de Lisboa, 1898, por ocasião do Centenário da Índia, muito evidenciaram publicamente o trabalho que em Castelo de Vide se vinha realizando e a que a imprensa da época deu grande relevo. A promover tudo isto estava o dinamismo do Prof. Branco Rodrigues, motivo por que

a direcção do Asilo deu o seu nome às referidas oficinas, bem como a um pequeno mas curioso núcleo museológico que se constituiu com peças por ele angariadas. Para auxiliar as oficinas Branco Rodrigues ofereceu ainda ao Asilo o produto da venda do *Jornal dos Cegos*, de que era proprietário e redactor, jornal que contém copiosa informação da vida da instituição do Dr. Sequeira Sameiro neste período da sua existência.

O museu tifológico que, como referimos, foi criado por iniciativa de Branco Rodrigues e que para ele angariou grande parte das peças, integra, entre outras, alguns exemplares de animais embalsamados e modelados em pasta, sendo constituído por peças vindas dos depósitos de museus da Escola Politécnica de Lisboa e da Universidade de Coimbra, bem como de colecções particulares, salientando-se entre estas a de Rafael Bordalo Pinheiro. Através do Barão de Rosenthal, Cônsul de Portugal em Amesterdão, mais se enriqueceu este museu com um importante conjunto vindo da Holanda, destinado a proporcionar aos deficientes visuais mais conhecimentos de certas formas através do tacto.

O Asilo de Cegos de Castelo de Vide, que desde os anos 60 do século XIX vinha sendo notícia, como assinala a desenvolvida reportagem da revista *Archivo Pittoresco* (vol. 11, 1868), bem como outras publicações de âmbito nacional, atingia agora, em 1896, uma importante fase do seu desenvolvimento quanto aos fins para que fora criado. Porque também se vinha já ensinando música, formaram-se no Asilo uma fanfarra e uma orquestra, muito requisitadas para exibições públicas, nomeadamente nas exposições mencionadas. O reportório era principalmente constituído por música clássica e trechos de ópera.

No bicentenário de Louis Braille, que este ano se celebra, e cuja genial invenção é bem conhecida e divulgada no mundo inteiro, e que seria ocioso exaltar aqui, parece-nos assim pertinente lembrar as personalidades do Prof. José Cândido Branco Rodrigues e do Padre Severino Dinis Porto, pelo exemplo de cidadania e de solidariedade activas exercidas em Castelo de Vide. Mas não foram estas isentas de contrariedades e dissabores. A partir de meados do ano de 1897 começou a haver desentendimentos e atritos na vida do estabelecimento.

Não é aqui a hora nem o local para a sua história, mas importa referir que tal clima e controvérsia acabariam por lamentavelmente resultar no afastamento de Branco Rodrigues da prestimosa colaboração que vinha exercendo no Asilo de Cegos de Castelo de Vide, com prejuízo para o desenvolvimento da actividade específica desta instituição e da causa dos cegos em Portugal, a que Branco Rodrigues se dedicou inteiramente. Para Severino Porto a vida na Instituição passou também a não ser fácil.

Nas últimas três ou quatro décadas o ensino e o trabalho profissional foi-se progressivamente degradando, subsistindo, embora com períodos de maior ou menor actividade e eficiência, o ensino intelectual, a música, a fanfarra e a orquestra, até tudo cessar praticamente por completo.

Mais tarde o Asilo de Cegos passou a denominar-se Fundação Nossa Senhora da Esperança, que entretanto adquiriria mais outras valências, continuando a consagrar nos seus estatutos a finalidade para que foi criada pelo Dr. João Diogo Juzarte Sequeira Sameiro.

Algumas referências bibliográficas

- A. B. - «O Asilo de Cegos e Cegas de Nossa Senhora da Esperança de Castelo de Vide». *A Época*, 25 de Maio de 1924.**
- ALBERTO, Caetano - «Uma visita a Castelo de Vide». *O Occidente*, 1898. Vol. 21, n.ºs 690-694.**
- «Asylo dos Cegos de Castello de Vide, Officinas Branco Rodrigues». *Branco e Negro: Semanário Ilustrado. Actualidades*. Ano 1, n.º 17, 26 Junho de 1891, p. 6-10; n.º 18, 2 de Agosto de 1896, p. 7-10.**
- «Branco Rodrigues - Castelo de Vide e a causa dos cegos em Portugal». *Notícias da Minha Terra*. Ano 16, n.º 358, 10 de Setembro de 1976.**
- COELHO, João Chrysostomo Ribeiro - «Asylo dos Cegos de Castello de Vide». *Archivo Pittoresco: Semanário Ilustrado*. Ano 11, vol. 11, 1868, p. 316-317, 327-328, 343-344.**
- COELHO, P. M. Laranjo - *O Asilo de Cegos de Castelo de Vide: palestra...* Lisboa: Typ. Henrique Torres, 1924.**
- COELHO, P. M. Laranjo - *No Primeiro Centenário do Asilo de Nossa Senhora da Esperança de Castelo de Vide*. Separata do jornal *Terra Alta*, 1965.**
- «A crise das instituições de caridade: o asylo de cegos de Castelo de Vide». *A Época*, 20 de Agosto de 1924.**
- «Exame de cegos». *A Plebe*, 9 de Agosto de 1896.**
- GORDO, João António - «O Ensino dos Cegos em Portugal». *O Educador*. Ano 27, n.º 1288, 3 de Março de 1959, p. 3, 8.**
- «Historia do Asylo de Nossa Senhora da Esperança de Castello de Vide para Cegos de Ambos os sexos». *Leituras Populares, Semanário Religioso e Instrutivo*. Ano 10, n.º 15, 1870-71, p. 114-118; n.º 17, p. 131-134; n.º 20, p. 155-159.**
- Jornal dos Cegos*, n.º 1, Nov. de 1895; n.º 3, Jan. 1896; n.º 6, Abril de 1896; n.º 9, Julho de 1896; n.º 10, Agosto de 1896; n.º 11, Setembro de 1896; n.º 12, Outubro de 1896; n.º 13, Novembro de 1896.**
- MONTEIRO, A. M. do Couto - *O Asylo de Nossa Senhora da Esperança de Castello de Vide para cegos de ambos os sexos: breve exame dos fundamentos da acção pendente contra este importante estabelecimento, e da sua actual situação jurídica e administrativa*. Lisboa: Typ. de Castro Irmão, 1872.**
- MONTORO MARTÍNEZ, Jesús - *Los ciegos en la Historia*. Madrid: Organización Nacional de Ciegos Españoles, 1993. Tomo 3, p. 608-613.**
- PORTO, Diniz - Branco Rodrigues. *O Districto de Portalegre*, 16 Dezembro 1895.**
- RODRIGUES, José Branco - Padre Severino Dinis Porto: iniciador do ensino intellectual dos cegos e professor do Asylo dos cegos de Castello de Vide. *A Plebe*, 30 de Janeiro de 1898.**

Alunas realizando trabalhos de croché e costura
Jornal dos Cegos. Lisboa, 1908, A. 13, n. 13, p. 12

6 Os deficientes visuais portugueses estão mais pobres

Publicado no jornal de Cascais e no da Costa do Sol

O ano corrente marca o LXXX aniversário da morte de José Cândido Branco Rodrigues, eminente figura no domínio da valorização intelectual dos deficientes visuais. Homem de grande coração e elevado nível sociocultural, defendia o princípio (para ele irrefutável) de que as pessoas com deficiência visual não devem viver recorrendo à mendicidade ou à sombra de familiares ou instituições de caridade, mas, sim, precisam de escolarização, educação, formação profissional; precisam de trabalho que lhes garanta o usufruto de uma existência digna, não dependente de outrem.

Na sua existência de 65 anos, mais de quatro décadas foram dedicadas à causa da promoção das pessoas com deficiência visual e, do muito que realizou, destaca-se a fundação do Instituto de Cegos Branco Rodrigues, em 1901, que, depois de ter estado sediado em Lisboa, se fixa, em 1913, em S. João do Estoril, em edifício construído para o efeito, num terreno doado por Florinda Leal, proprietária da famosa Quinta da Carreira, na condição de o mesmo retornar à posse da família se, porventura, deixasse de estar ao serviço dos cegos.

Acerca do Homem e dos prosélitos que com ele abraçaram a nobre causa de propiciar a inigualável luz intelectual aos que, privados da visão do mundo circundante de luz e cor, dela tanto careciam, não é nossa intenção agora aqui considerar. O que importa salientar neste momento penoso são, objectivamente, os factos que geram um sentimento de mágoa, de impotência e mesmo de revolta no espírito dos deficientes visuais portugueses, que reconhecem ter atingido os patamares de qualidade de vida e cidadania que usufruem, porque nos finais do século XIX e primeiro quartel do XX houve um escol de sábios filantropos, liderado por Branco Rodrigues, que fundou as escolas que até princípios dos anos sessenta foram as únicas a garantir, benevolamente, uma formação intelectual, para a época de significativo nível, aos que tinham a dita de nelas ingressar.

E que factos são esses que provocam sofrimento, mais pobreza a quantos, desde o início da década de setenta, têm vindo a ser espoliados do património para seu usufruto gerado por beneméritos doadores?

Não pretendendo atribuir culpas a alguém em particular, levantamos apenas questões que, no nosso entender, são pertinentes, e alertamos a quem de direito, para realidades nebulosas que carecem de ser clarificadas.

Cerca de 1970, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - que, desde 1926, era a proprietária do Instituto de Cegos Branco Rodrigues, por testamento do seu fundador - decide abandonar o edifício, transferindo a escola para um prédio de apartamentos - situado na Parede, Rua de Malange - que fora adquirido à Empresa J. Pimenta, SARL, para nele instalar a entidade que baptizou com o nome de «Instituto de Cegos Branco Rodrigues e Anastácio Gonçalves». Acresce ainda que, à data, havia o oftalmologista Anastácio Gonçalves deixado em testamento 4500 contos para serem investidos em projectos de valorização educacional e de habilitação socioprofissional dos deficientes visuais.

Face a estes procedimentos, impõe-se questionar se as vontades exaradas, tanto em doação como em testamentos, foram respeitadas e se era legítimo que a Santa Casa da Misericórdia continuasse a ser a proprietária de um património cujo usufruto recusava aos seus exclusivos herdeiros,

os deficientes visuais portugueses. Além disso, o facto de a escola ter sido transferida para instalações impróprias para o seu normal funcionamento, parece-nos ser indicador de que os 4500 contos não foram investidos em conformidade com o que determinava o testamento, uma vez que não favoreceu a pressuposta beneficiação educacional para os deficientes visuais, mas, pelo contrário, motivou a sua degradação.

Ponderando a crítica situação de abandono e progressiva demolição do edifício de S. João do Estoril, a ACAPO, lídima defensora dos direitos dos deficientes visuais portugueses, tentou, sem sucesso, negociar com sucessivos Provedores da Misericórdia para que o mesmo lhe fosse confiado para aí instalar um centro polivalente de trabalho, de férias, etc.

Teimosamente (por razões nunca confessadas), ao longo das últimas três décadas, a Santa Casa manteve o abandono e promoveu a degradação (em grande parte a demolição) do edifício em questão, gerando as condições óptimas que tornaram possível o incêndio que, às sete horas do dia 13 de Abril em curso, nele deflagrou e o consumiu durante toda a manhã.

Perante o reprovável facto consumado, os beneficiários da obra gerada pelo tiflopedagogo José Cândido Branco Rodrigues, que foi sacrificada pelo pasto das chamas, insurgem-se contra a espoliação de que têm sido objecto. Após a transferência da escola para a Parede, não deixaram rasto a dezena e meia de pianos, a vintena de violinos, os saxofones, clarinetes e trompetes, os violoncelos e um contrabaixo, etc.; desapareceram, como que por encanto, todos os instrumentos de ensino (pautas e máquinas Braille, régua Ballu, cubarítmicos e outros objectos escolares, específicos ou não); sumiram-se colecções de mapas em relevo, o instrumental para o ensino da Matemática, da Física, da Zoologia; a biblioteca, que contava, seguramente, com mais de quatro mil volumes, conheceu subitamente a sua diáspora. Todo este património que foi construído por mecenas, copistas voluntários e por alunos e funcionários, não pode ser esquecido, no momento em que está à vista a meta que desde há muito se adivinha.

Damaia, 14 de Abril de 2006

ISIDRO E. RODRIGUES - Assessor Principal Bibliotecário e Documentalista

RENATO LUÍS DE ESPADA - Professor

CLAUDINO ARIEIRA PINTO - Técnico Superior

JOSÉ FERNANDES DA SILVA - Professor

EMÍLIO CAETANO SERRA - Professor

ALTINO DA CONCEIÇÃO SANTOS - Professor

JOSÉ LUÍS DE ALMEIDA - Técnico Profissional

FERNANDO DIAS HENRIQUES - Técnico Brailógrafo

7 Memórias da Associação Promotora do Ensino dos Cegos

No advento do século xx, uma elite de cidadãos, liderada por José Cândido Branco Rodrigues e Madame Vitorina Sigaud Souto, assumiu claramente, substituindo-se aos Poderes Públicos, o combate contra o estado degradante de analfabetismo e ignorância generalizada dos deficientes visuais portugueses. O espírito de solidariedade a favor da causa tiflófila foi claramente afirmado por este escol de filantropos, quando, em 1887, fundaram a «Associação Promotora do Ensino dos Cegos» (APEC). A 12 de Março

do ano seguinte, o desiderato de tornar possível aos deficientes visuais da sua terra o acesso à escolarização, a fuga ao analfabetismo e à ignorância,

é inequivocamente reafirmado com a inauguração, em Pedrouços, da sua primeira escola. Além de ter sido a primeira, viria a ser também a única das escolas para cegos que estava nos propósitos da Associação estabelecer. Esta, depois de ter funcionado por alguns anos às Janelas Verdes, transitou, em 1912, para instalações próprias, em edifício de amplas dimensões situado em Campo de Ourique, adoptando então a designação de Asilo-Escola

António Feliciano de Castilho, em homenagem a esse escritor português, ele também cego.

Ora, o Asilo-Escola António Feliciano de Castilho, desde a sua origem até 1975, submergiu quase por completo a Associação que o instituíra,

já que ao longo de uma existência de oitenta e sete anos, a vida da APEC era pressentida somente na manutenção e funcionamento da sua escola. Durante largos anos, foi notória e considerada de alto apreço a acção educativa promovida por este estabelecimento de ensino, enquanto que a

Associação, da qual dependia, era praticamente ignorada.

Durante mais de cinquenta anos, ou seja, até ao início da década de 40, nela fizeram a sua escolarização muitos rapazes e raparigas, por ser este estabelecimento de ensino uma escola mista; porém, desde então, por este se ter convertido em escola feminina, apenas alunas lá foram admitidas em regime de internato e um ou outro aluno externo. De início, nesta escola era ministrada aos seus alunos alguma preparação profissional, porém, não tardou a nela se restringir o currículo escolar à Instrução Primária e à Educação Musical, cumprindo os programas da Escola de Música do Conservatório Nacional, vindo, na década de 60, a tomar o rumo hoje seguido na educação dos deficientes visuais, pondo de parte a música como base da educação e proporcionando aos alunos a educação de base oficial.

Ainda no âmbito do acesso à educação e à informação, o Asilo-Escola António Feliciano de Castilho, graças ao equipamento de impressão que lhe fora oferecido pela American Braille Press, editou, de 1933 a 1948, a primeira revista em Braille publicada em Portugal, denominada *Revista dos Cegos*. Desta foram distribuídos, sob a direcção de Mattoso da Fonseca,

trinta e três números, de conteúdo predominantemente tiflológico, que, encadernados em cinco volumes (cota 2284-2288) podem ser consultados na área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal.

Ao tempo em que em Portugal se conduzia a escolarização dos deficientes visuais para a Escola Inclusa, o Asilo-Escola passou a ser apoiado pelo Estado, através de subsídios para manutenção, assumindo o mesmo a competência de organizar os

processos de internamento das educandas. Esta situação de dependência económica da Escola perante o Estado agravou-se e - juntamente com um certo estaticismo dos responsáveis quanto à evolução da tiflopedagogia - veio a conduzir à oficialização da Escola que, em 1967, passou a designar-se como Instituto António Feliciano de Castilho.

Considerando que a manutenção do Instituto estava a ser assegurada, na sua maior parte, graças a subvenções do Estado, a quem devia competir, através dos seus organismos próprios, a actividade a que aquele estabelecimento se dedicava, o Governo, pelo Decreto-Lei 337/75, de 2 de Julho, oficializou o Instituto, integrando-o no Centro de Educação Especial de Lisboa. Contava obter assim um planeamento mais eficaz e uma coordenação mais efectiva das actividades a desenvolver no sector do ensino especial. O decreto-lei referido estabelecia também que a APEC cedia ao Estado, a título gratuito, o edifício onde o Instituto se encontrava instalado e conferia à Associação o direito de reaver a sua propriedade e o edifício, também a título gratuito, se cessasse a intervenção do Estado, bem como todas as benfeitorias entretanto nele efectuadas pelo Estado, «caso o edifício deixasse de ser utilizado para fins de Educação Especial». O mesmo decreto, no seu artigo 5.º, determinava que a APEC «deverá promover a revisão dos seus Estatutos, por forma a que, das necessidades neles previstas sejam excluídas as relativas à manutenção do estabelecimento para internamento e educação especial dos menores deficientes». E assim a APEC se viu afastada dos fins para que tinha sido criada.

Os actuais Estatutos da APEC, em vigor desde 1936, e ainda não conformes às últimas exigências da Segurança Social (por conveniência dos dirigentes dos últimos trinta anos), colocaram a Associação ao serviço da integração social, apenas através da concessão de bolsas de estudo, da instituição de prémios, da atribuição de ajuda monetária para a aquisição de equipamento especial, da promoção e colaboração em iniciativas que se identificassem com os fins da Associação, etc. Nesta perspectiva, a APEC adquiriu dois *Optacons* e realizou alguns estágios para aprendizagem do manuseamento destes aparelhos, ofereceu prémios pecuniários para concursos e instituiu prémios, também pecuniários, para atribuir a alunos que concluíssem cursos universitários nos anos decorrentes. Todavia, o constrangimento a que a vida da Associação tem estado sujeita nos últimos anos, resultante das causas já referidas - e principalmente da crítica gestão do seu património, da política conducente ao afastamento dos que têm tentado dar novos impulsos para tornar a instituição uma entidade ao serviço dos deficientes visuais e não ao dos caprichos dos que vendem a solidariedade por altos preços -, tem impedido a efectivação destes propósitos, tão do agrado dos Directores que promoveram acções incentivadoras do progredir intelectual dos deficientes visuais portugueses.

Isidro E. Rodrigues

8 Albuquerque e Castro: nota biográfica

O Prof. José Ferreira de Albuquerque e Castro nasceu a 23 de Janeiro de 1903, na freguesia de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, sendo filho de António Maria de Albuquerque e Castro e de Ana Ferreira da Silva. Frequentou a Escola Primária da sua freguesia, seguidamente a Escola Preparatória e mais tarde o Instituto Industrial. Cegou aos 13 anos por acidente. Ao proceder à reparação de um pombal, saltou-lhe cal viva para os olhos, tendo sido inúteis todos os tratamentos a que se sujeitou, nomeadamente no Instituto Oftalmológico Gama Pinto e na clínica do Dr. Barraquer em Barcelona. Porém, este ilustre gaiense viria a ser um notável pedagogo, distinto escritor, músico e poeta, conferencista e um dos mais tenazes e reconhecidos lutadores na defesa dos deficientes visuais.

Como aluno externo começou por frequentar o Instituto de Cegos do Porto, na Rua Ferreira Cardoso, vindo a entrar em contacto com uma nova realidade, ao aprender e utilizar a escrita Braille, ao mesmo tempo que se dedicava ao ensino da música, vindo a concluir no Conservatório de Música do Porto o Curso Superior de Piano com vinte valores. Em 1935 publicou o *Projecto de Aplicação do sistema Braille à Ortografia da Língua Portuguesa* e, dois anos depois, *Estenografia Braille da Língua Portuguesa*. Em 1938 tornou-se professor do Instituto de Cegos do Porto, revelando-se um tiflólogo de respeitado mérito. Em 1944 reuniu em volume que intitulou *Reflexos e Comentários* alguns dos artigos que publicou na *Revista dos Cegos do Porto*. No ano seguinte publicou a interessante obra *Prontuário Morfológico da Língua Portuguesa*, considerado como o primeiro trabalho simultaneamente acessível a cegos e videntes. Em 1947 publica *Miragem* (quadro radiofónico) e *Tu*, uma peça para canto e piano. Em 1948 pronunciou a conferência «Os Cegos como Cidadãos e como Homens». No ano seguinte compôs *Ave Maria*, um coral para três vozes iguais. Viajante incansável, o Prof. Albuquerque e Castro visitou os centros Braille mais importantes em

Espanha, França, Canadá e Estados Unidos da América, tendo sido em 1951 delegado de Portugal à Conferência de Montevideo, onde pronunciou a comunicação «A educação dos Cegos e a sua recuperação para a vida». Conferencista incansável, alertou os seus concidadãos para a questão social dos cegos, levando o público a adquirir uma nova imagem do deficiente visual e despertando a comunidade para a sua correcta reinserção social. Em 1952 representou Portugal na UNESCO, como delegado para os assuntos tiflológicos, e no ano seguinte colaborou com Bertino Daciano na organização da 1.^a Exposição Tifológica Internacional no Porto, patente no Coliseu, onde estiveram expostos os artigos manufacturados nas oficinas do Instituto-Asilo de Cegos de S. Manuel. Como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, o Prof. Albuquerque e Castro visitou em 1955 diversos centros tiflológicos em França e Espanha. No ano anterior, o director da Secção Europeia da American Foundation for the Blind - Dr. F. Ingalls -, ao visitar Portugal, estabeleceu contacto com ele, a fim de instalar uma imprensa Braille no Porto. Ainda no século XIX e no início do XX tinha havido tentativas por parte de Branco Rodrigues e do Asilo-Escola António Feliciano de Castilho para a montagem desta imprensa. Foi difícil mantê-la em regular funcionamento, muito embora meritória tenha sido a produção, entre 1933 e 1948, de trinta e três números da *Revista dos Cegos*.

Em 1955, o Prof. e sua mulher - Dr.^a Pilar Ribas - tiveram oportunidade de realizar um estágio em Paris na American Foundation for the Blind. Desta instituição recebeu uma máquina de estereotipar e outra de imprimir, tendo assegurada a assistência técnica indispensável à montagem, bem como o fornecimento de matérias-primas necessárias ao funcionamento de uma imprensa deste tipo: grande quantidade de zinco e de papel para impressão. A iniciativa teve bom acolhimento por parte do Governo e a Santa Casa da Misericórdia do Porto aceitou a doação do material e assumiu parte dos encargos da manutenção, colocando sob a sua administração, a 9 de Agosto de 1956, o «Centro de Produção do Livro para o Cego» de que o Professor veio a ser o primeiro director até 1967, ano da sua morte. Tiveram importância decisiva para os deficientes visuais as publicações Braille que ali viram a luz, como por exemplo a *Revista de Tiflologia* que fornecia jogos aos cegos, a *Poliedro* que, actualmente, tem uma tiragem mensal de mais de oitocentos exemplares e que chegam a Espanha e ao Brasil e ainda a *Rosa-dos-Ventos* destinada a crianças e jovens. Em 1961 assumira a direcção dos Serviços Tiflológicos da Santa Casa da Misericórdia do Porto e participara como delegado de Portugal na Conferência Internacional de Guatemala. Em 1962 visita o Brasil a convite dos Serviços de Readaptação do Estado de Guanabara. Entre 1964 e 1966 elabora os símbolos Braille, da Matemática, unifica a grafia Braille, cria os símbolos da respectiva fonética e participa, activamente, como membro fundador na Comissão Permanente de Braille, a nível nacional. Teve duas filhas. Faleceu no Porto a 15 de Abril de 1967 e está sepultado no cemitério de Mafamude, em Vila Nova de Gaia. Nesse mesmo ano, o Centro Professor Albuquerque e Castro, erigido em sua honra, publica-lhe a obra *Poemas de Ontem e de Hoje*.

9 Porquê o nome de Helen Keller para a designação deste centro de educação de crianças deficientes visuais?

Helen Keller, de nacionalidade norte-americana, nasceu em Tuscumbia (no Estado de Alabama), a 27 de Junho de 1880, e faleceu em Arcan Ridge, a 1 de Junho de 1968. Foi uma criança normal e sem problemas sensoriais até aos 19 meses de idade, altura em que uma doença (mal diagnosticada) a fez ficar surdo-cega. Teve como professora Anne Sullivan, que a instruiu através do método dactilológico. Apesar das inúmeras e variadas vicissitudes por que passou ao longo da vida, conseguiu formar-se, em 1904, no Radcliffe College ligado à Universidade de Harvard. Recebeu algumas condecorações: o Rei Alexandre da Jugoslávia distinguiu-a com a medalha de Santa Salva; as Universidades de Harvard e de Glasgow conferiram-lhe o grau de Doutor *Honoris Causa*; em 1936 foi-lhe atribuída, e à sua Professora, a medalha Roosevelt, para premiar uma «realização cooperativa de carácter único e significação extraordinária». Em 1952, em cerimónia comemorativa do primeiro centenário da morte de Louis Braille, foi feita Cavaleiro da Legião de Honra. Escreveu vários artigos para jornais e também livros, designadamente, *Lutando contra as Trevas*, *Professora*, *Canção do Muro de Pedra*, *Do Fundo das Trevas*, *A Minha Religião*. Deu muitas conferências para mostrar o processo da sua aprendizagem e outras (a nível internacional), no sentido de sensibilizar o mundo para a problemática da cegueira. Está na origem da criação da American Foundation for the Blind. Percorreu inúmeros países, tendo estado em Portugal a passar uma semana de férias, de 22 a 27 de Março de 1956, não deixando de manifestar à imprensa portuguesa, na altura, a sua mágoa pelo pouco que se fazia em favor dos cegos deste país. Tem uma forte responsabilidade na evolução e na consolidação de questões de fundo no equacionamento da problematidade da tiflogia universal.

10 Génese, evolução e actualidade do Gabinete de Referência Cultural (GRC) da Câmara Municipal de Lisboa

AUGUSTO DEODATO GUERREIRO

A Câmara Municipal de Lisboa criou em Portugal a primeira Biblioteca Pública para Cegos (1963) e a primeira Biblioteca Pública Inclusiva (1981), iniciativas dignas e inéditas no país, mas infelizmente mal sucedidas.

Assim, a primeira Biblioteca Pública para Cegos foi criada em Junho de 1963, no Jardim da Estrela, a qual, depois de passar por diversas vicissitudes, em Outubro de 1981 veio a instalar-se no 1.º andar do n.º 17 do Largo do Calhariz, tomando a designação de Biblioteca Municipal Camões, sendo a primeira Biblioteca Pública Inclusiva no país, para servir em igualdade de circunstâncias utilizadores cegos e normovisuais, numa perspectiva de integração cultural e sócio-intelectual daqueles cidadãos.

Por circunstâncias várias, a Câmara Municipal de Lisboa criou e abriu ao público, em Junho de 1994, o Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interactivo de Recursos Especiais - destinado às pessoas com deficiência sensorial, cognitiva, motora e outras, bem como às pessoas interessadas no estudo destas problemáticas.

Na Divisão de Bibliotecas e Documentação do Departamento da Cultura (actualmente Divisão de Gestão de Bibliotecas do Departamento de Bibliotecas e Arquivos da CML), foi criado o GRC (hoje na directa dependência da Direcção Municipal de Cultura deste Município, desde Junho de 2006), funcionando como espaço cultural polivalente e biblioteca especializada em tiflogia, deficiência em geral e gerontologia (para além da diversidade de áreas do conhecimento) e destinado a pessoas com deficiência, idosas, doentes (com qualquer incapacidade funcional temporária), bem como à generalidade dos cidadãos interessados nas problemáticas abrangidas por este equipamento municipal, amplitude esta que lhe confere a especificação de Pólo Interactivo de Recursos Especiais.

O GRC, como equipamento municipal interlocutivo e interactivo, essencialmente de acção local, foi aberto ao público no dia 8 de Junho de 1994, norteado pelos objectivos e atribuições principais seguintes:

1 Referencialidade cultural, pesquisa, leitura em suportes especiais e em caracteres comuns

- a) Digitalizar e gravar textos ou obras para pessoas cegas e tratar as espécies documentais em todos os formatos integrantes do seu acervo;**
- b) Efectuar pesquisas bibliográficas e a respectiva difusão em suportes especiais e em caracteres comuns;**
- c) Facultar aos utilizadores com dificuldades de visão e/ou de mobilidade materiais de leitura em Braille, áudio e demais material não-livro, caracteres comuns e/ou ampliados e em suporte digital (*on-line* ou *off-line*), produzidos neste Gabinete ou requisitados às diversas fontes de informação cooperantes com a sua actividade, nomeadamente bibliotecas, centros de investigação e universidades portuguesas e estrangeiras;**

- d) **Proporcionar leitura de presença e domiciliária, com especial destaque para a leitura domiciliária, assegurando a entrega e a recolha de publicações (nos diversos formatos e suportes) nas residências ou nos locais de emprego dos cidadãos da Cidade de Lisboa com dificuldades de visão e/ou de mobilidade (incluindo pessoas acamadas em estabelecimentos hospitalares), alargando o empréstimo a nível nacional apenas às pessoas cegas, através do correio;**
- e) **Proporcionar (por intermédio de técnicos do Gabinete e de um núcleo de voluntários preparados para o efeito) a leitura de livros, artigos de jornal ou revista nas residências dos cidadãos da área jurisdicional da Câmara Municipal de Lisboa afectados por disfunções sensoriais, cognitivas e motoras que lhes impedem a autonomia e independência no acesso à informação e à cultura, também como forma de quebrar a terrível solidão de muitos munícipes;**
- f) **Produzir e difundir *Dinamização Cultural: Revista Digital e em Caracteres Comuns da Câmara Municipal de Lisboa*, edição mensal do GRC, com distribuição gratuita em cassete e em formato digital a nível nacional e internacional e, em caracteres comuns, na Cidade de Lisboa;**
- g) **Proporcionar aos utilizadores (pessoas individuais - deficientes e não deficientes - e entidades públicas e privadas) o acesso**
- **ao Serviço de Referência com atendimento personalizado no local ou através do telefone/e-mail;**
- **ao Sistema Informático Integrado que permite a leitura de publicações no local ou a distância por via *on-line*;**
- **ao Serviço Permanente de Atendimento e Informações;**
- h) **Estimular o gosto pela leitura e promover a edição e/ou divulgação de biobibliografias e da obra significativa de autores nacionais e estrangeiros com um grau de incapacidade igual ou superior a 50%;**
- i) **Organizar congressos, seminários, colóquios, exposições, a propósito das mais diversas problemáticas e sempre numa perspectiva de integração cultural e sociointelectual das pessoas portadoras de deficiência.**

2 Investigação

- a) **Investigar e aprofundar o estudo dos processos de comunicabilidade, sociabilidade, mobilidade, autonomia, independência e interacção das pessoas cegas na sociedade, com fundamental incidência na perceptibilidade dos sistemas sensoriais;**
- b) **Investigar e aferir as vantagens da tecnologização da tiflografia e dos modelos comunicacionais de acesso aos diversos discursos;**
- c) **Investigar e definir métodos e técnicas para a implementação e generalização do conceito de biblioteca inclusiva, acessibilidade das pessoas cegas e/ou com necessidades especiais à Sociedade da Informação, tecnologias da informação, comunidade e serviços, numa perspectiva ecológica de igualdade;**
- d) **Estudar e promover a investigação em domínios novos nas áreas da comunicação, linguagens especiais e novas tecnologias, orientando a elaboração de dissertações/teses científicas neste domínio;**

- e) Fomentar e apoiar actividades de investigação científica com estabelecimentos universitários e outros no âmbito do estudo das problemáticas da deficiência em geral e da gerontologia, bem como das apropriadas tecnologias de compensação;**
- f) Organizar, fomentar e apoiar a realização de congressos e outros eventos científicos, nacionais e internacionais, em colaboração com outras entidades públicas e privadas, visando a inclusão sociocultural e profissional, sociointelectual e pedagógico-didáctica dos cidadãos com deficiência, proporcionando-lhes acessibilidade à informação, formação, investigação, cultura, desporto e lazer.**

11 Memória da Área de Leitura para Deficientes Visuais (ALDV) da Biblioteca Nacional de Portugal

ISIDRO DA EIRA RODRIGUES

Comemora-se a 2 de Dezembro do ano em curso, o XL aniversário do «Serviço para Cegos da Biblioteca Nacional de Lisboa». Assim baptizado à nascença, veio em 2007 a receber o nome de «Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal», depois de sucessivamente ter sido designado pela denominação de «Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional» (1980/92), por «Área de Leitura Especial do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro» (1992/97) e por «Área de Leitura Especial da Biblioteca Nacional» (1997/2007).

Ao longo de quatro décadas, foram cinco as designações pelas quais foi identificado este sector de serviços da Biblioteca Nacional de Portugal. Porém, o espírito de missão a favor do enriquecimento intelectual dos deficientes visuais, do seu acesso à informação, à cultura que o livro encerra, permaneceu uno e indivisível, não sofrendo desvios, embora tenha, por vezes, perdido vigor e demonstrado tibieza no que concerne à sua modernização.

Em tempos de rápidas transformações, alongou-se em demasia a fase da produção do livro Braille em exemplar único, por morosos processos tradicionais, e a segunda fase, iniciada em 1989 com a aquisição do equipamento informático VersaBraille/VersaPoint, prolongou-se até ao início de 2008, presa ao MS-DOS, ao WordStar.

No domínio do audiolivro os procedimentos não diferiram na sua substância: durante um longo período foi feita a gravação em bobinas e só a partir de 1990 se passou a produzir em cassetes de 90 minutos. Apenas se transitou para a digitalização do som em finais de 2007, graças à cooperação da SIC/Esperança, que financiou a aquisição de equipamentos tecnológicos que habilitaram os sectores de produção do Livro Braille e do audiolivro a dar um salto qualitativo rumo ao futuro.

De facto, esta Área ao serviço da comunidade não teve uma existência uniforme. Cresceu sem grandes dificuldades financeiras até 1974, ano em que iniciou a publicação da revista trimestral *Ponto e Som*. Desde então, até ao dealbar do século XXI, teve raros picos de desenvolvimento e alguns períodos de desalento produzidos, fundamentalmente, por carências de ordem financeira e escassez de meios técnicos e humanos.

Envolvidos na difícil situação geral de que o país se tenta libertar, entramos no ano de 2009 com a esperança de que esta década nos traga progresso, nos alimente a coragem, o ânimo de fazer mais e melhor a bem dos deficientes visuais da «Pátria Lusa».

Como acima se alude, no ano transacto encetámos a produção do Braille em ambiente Windows, preparando-nos para abandonar definitivamente o velho DOS. Também no que respeita ao audiolivro está já activado o progresso - está em curso a produção das novas espécies bibliográficas em suporte digital, tal como a conversão do acervo em suporte analógico. Acresce ainda, como factor de progresso, que foi retomada,

em 2008, a atribuição do «Prémio Branco Rodrigues», graças à solidariedade do Clube dos Lions de Benfica, traduzida no reforço do capital que o suporta e, já no ano de comemorações que está em curso, este departamento de serviços públicos foi dotado de novas instalações, perfeitamente adequadas às suas funções tifloculturais.

Na «Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal» vislumbra-se uma nova etapa de crescimento e, para que esta seja a contento dos servidores da causa pública e dos que colhem os seus frutos, torna-se necessário que, além da continuação da preciosa colaboração já prestada por voluntários normovisuais, os seus naturais usufrutuários intensifiquem a disponibilidade colaborante de que, apesar de não ter sido até hoje significativa, alguns têm vindo ultimamente a dar mostras apreciáveis.

12 Breve glossário de Braille

Célula Braille (vulgarmente designada por rectângulo) Espaço rectangular a que se ajusta a unidade estrutural básica dos seis pontos do sistema Braille dispostos em duas colunas paralelas e verticais.

Cubaritmo Utensílio para efectuar cálculos, constituído por células quadrangulares onde se colocam cubos.

Cubo Sólido usado em aritmética, cujas faces apresentam os sinais representativos dos algarismos e outros símbolos aritméticos.

Estereotipia Braille Processo pelo qual se gravam placas em relevo Braille (ou estereótipos), para a impressão de textos e outros relevos.

Impressora Braille Máquina que imprime em Braille os dados de saída de um sistema de processamento.

Interlinhas Processo de escrever ou imprimir Braille nas duas páginas de uma folha em que as linhas do seu verso não coincidem com as do reverso.

Interponto Processo de escrever ou imprimir Braille nas duas páginas de uma folha em que os pontos do seu verso não coincidem com os do reverso.

Linha Braille Linha constituída por um variável número de células.

Mostrador Braille (do inglês *Braille Display*) Dispositivo electrónico constituído por determinado número de células Braille, normalmente incorporado num equipamento informático.

Máquina Braille Máquina dactilográfica mecânica ou electrónica provida de um conjunto de teclas para escrever o Braille caracter a caracter.

Máquina de escrever Braille-Perkins Apresenta um teclado em que se batem simultaneamente as teclas necessárias à formação de cada sinal do sistema Braille. Apresenta também teclas para mudança de linha e retrocesso.

Optacon - OPTic to TActil CONVerter Apresenta em relevo os caracteres focados por uma minicâmara conduzida pela mão direita ao longo das linhas. Os caracteres são sentidos em relevo pelo dedo indicador esquerdo assente num «tactalizador», definidos num rectângulo formado por 144 estimuladores tácteis que vibram. Três botões permitem definir o tamanho dos caracteres, a grossura do traço e a amplitude da vibração.

Papel Braille Papel com consistência adequada à durabilidade dos pontos.

Pauta Braille Dispositivo, constituído por uma placa sulcada ou com cavidades

circulares e por uma régua ou placa dividida em rectângulos, para escrever Braille ponto a ponto, da direita para a esquerda, de modo que ao voltar-se a folha de papel a leitura se faça da esquerda para a direita.

Pauta de Bolso Utensílio de dimensões reduzidas para escrever Braille ponto a ponto da direita para a esquerda.

Punção Estilete para produzir pontos em relevo em pautas e em régua Braille.

Régua Ballu Dispositivo em que se escrevem ponto a ponto, da direita para a esquerda, os caracteres da escrita comum, constituído por uma placa atravessada horizontalmente por nove finos sulcos e por uma tampa dividida em três linhas de rectângulos.

Régua Braille Dispositivo em que se escreve ponto a ponto, da direita para a esquerda, constituído por uma placa sulcada ou com cavidades circulares e por uma tampa dividida em linhas de rectângulos.

Régua de Pauta Peça com duas ou três linhas e número variável de rectângulos, que se desloca entre o topo e a base da pauta.

Sistema Braille Conjunto de 64 sinais, agrupados em séries, estruturados a partir das combinações dos seis pontos que formam um rectângulo gerado por duas colunas verticais de três pontos cada (a da esquerda com o ponto 1 ao topo, o 2 ao meio e o 3 na base, e a da direita com o ponto 4 ao nível do 1, o 5 ao nível do 2 e o 6 ao nível do 3). É como que um *byte* de seis *bits*, em que os positivos são representados por pontos em relevo e os negativos pela sua ausência.

Visualizador Dispositivo para máquina de escrever em que dois espelhos, adequadamente direccionados, mostram ao transcritor os caracteres que escreve no papel mas que a máquina encobre.

Núcleo 1 - Louis Braille e seguidores em Portugal

1

Louis Braille, 1809-1852

2

José Branco Rodrigues, 1861-1926

Quadro em relevo, representando o benemérito Branco Rodrigues, um professor, um aluno e o Senhor Presidente da República - Bernardino Machado - numa visita ao Instituto de Cegos do Estoril em Janeiro de 1916. Reprodução a partir de fotografia. Autora - Luísa Vilarinho, 2009

Monografias e periódicos

3

BAPTISTA, José António Lage Salgado Baptista

A invenção do Braille e a sua importância na vida dos cegos / José António Lage Salgado Baptista. - Lisboa : Comissão de Braille, 2000

Colecção Particular

4

BIRCH, Beverley

Louis Braille : o jovem francês cego cuja invenção trouxe a milhões de cegos a possibilidade de ler / Beverley Birch. - Lisboa : Replicação, 1990

BNP S.C. 71296 V.

5

Jornal dos cegos : revista de educação e ensino intelectual e profissional dos cegos / dir. Branco Rodrigues. - Lisboa : Livraria Catholica, 1895-1920

A. 1, n. 1 (Nov. 1895)-a. 25, v. 23 (1920). Mensal

BNP J. 1596 B.

6

Louis Braille : revista oficial da ACAPO / propr. e ed. da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal ; dir. Francisco Alves. Lisboa : ACAPO, 1991
A. 1, n. 2/3 (Jul./Dez. 1991) - Expostos os n.ºs 16-17, 35, 38, 41

BNP P.P. 21137 V.

7

MACHADO, Paula

Louis Braille filantropo 1809-1852 / textos de Paula Machado. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa - Comissão Municipal de Toponímia da CML, 2003

BNP S.C. 100768 V.

8

Mãos que lêem : testemunhos a Louis Braille : 150 Anos da Morte de Louis Braille. - Lisboa : Comissão de Braille, 2003

Colecção Particular

9

OLIVA, Filipe P.

Do Braille à Braillogia : necessidade de formação brailológica / F. P. Oliva. - Lisboa : Comissão de Braille, 2000

Colecção Particular

10

QUEIRÓS, Serafim Manuel Silva

O declínio do uso do braille e a sua influência na capacidade de auto-representação das pessoas com deficiência visual / Serafim Manuel Silva Queirós.

Lisboa : [s.n.], 2002

Tese de mestrado em Reabilitação, Univ. Téc. de Lisboa e Univ. Nova de Lisboa, 2002

BNP P. 13520 V.

11

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

Cinquentenário da Imprensa Braille : 1956-2006 / Santa Casa da Misericórdia do

Núcleo 2 - Instrumentos de aprendizagem do Braille e outros

- 12
Cubaritmo e cubo
- 13
Pauta Braille
- 14
Pauta de bolso
- 15
Pauta Braille de origem francesa utilizada ao longo de décadas até aos anos 60 do século XX
- 16
Régua Ballu
- 17
Régua Ballu e Braille
- 18
Tipos de punções com que se escreve na pauta Braille e apagador (em francês *ponçon*; em inglês, *style*)
- 19
Utensílio destinado a produzir figuras em relevo em que o traço se executa ponto a ponto

Núcleo 3 - Jogos

- 20
Baralho de cartas marcadas em Braille consoante os naipes e o valor de cada uma
- 21
Dominó
- 22
Tabuleiro de xadrez adaptado

Núcleo 4 - Máquinas de aprendizagem, leitura e impressão do Braille

- 23
Máquina Braille
Origem - Alemanha. Ano - ca 1950 (antigo proprietário: Joaquim Nunes Pinto)
- 24
Máquina Braille
Origem - Copenhaga. Ano - 1960
- 25
Máquina Braille-Perkins
Origem - Massachusetts. Ano - 1970

26

Gadget

Utensílio adaptável às máquinas Perkins para escrever em etiquetas Braille em fita Dymo

27

OPTACON (Optical Tactil Converter)

Origem - EUA (Telesensory). Ano - 1986

28

Máquina Versa Braille

Origem - EUA (com *drive* para disquete). Ano - 1988

29

NOTEX - Computador Braille

Origem - Alemanha (F. H. Papenmeier). Ano - 1988

30

Mostrador Braille

(Alva Braille Terminal). Ano - 1995

31

Aparelho Áudio Clark & Smith

Portador de leitor em cassetes - tipo «cartucho» - de 8 pistas com duração acima das 8 horas.
Origem - Inglaterra. (Utilizado em Portugal desde 1969, por iniciativa da Câmara Municipal do Porto)

32

Máquina Braille para Impressão

33

Máquina Braille para escrever em papel

Núcleo 5 - Outros materiais didáticos

34

Drawing Kit: materiais de desenho escolar adaptados

35

Livro italiano em caracteres normais em relevo

36

Manual de Geografia Geral e Universal

9 volumes. Origem - Brasil

37

Peças de barro exemplificativas do método de ensino através de miniaturas, promovido por Branco Rodrigues

38

Sinais musicográficos em relevo

Origem - Brasil

39

Temas de especial interesse

Oferta da ONCE (Organización Nacional de los Ciegos de España)

40

Twin Vision Books

Livros didácticos que permitem aos educadores e aos familiares ensinar a criança deficiente visual a ler o Braille. Oferta da Library of Congress (EUA)

Colecção Particular